Uma pedra sobre o negacionismo ao redor das adulterações das obras de Allan Kardec

Vamos colocar uma pedra sobre o negacionismo ao redor das adulterações das obras de Allan Kardec, demonstrando que são fatos inegáveis, senão pelos orgulhosos obstinados.

O desvio da Federação Espírita Brasileira: como o roustainguismo afastou do Espiritismo o Movimento Espírita

A Federação Espírita Brasileira é uma instituição roustainguista que formou um Movimento Espírita que contraria o Espiritismo. Entenda.

Projeto Semear — Formação de Grupos de Estudos

O Projeto Semear visa fomentar a criação a criação de grupos de estudos de Espiritismo sobre, necessariamente, as obras de Allan Kardec

A mais dura comunicação mediúnica recebida por Kardec: Plano de campanha contra o Espiritismo

No dia 10 de novembro de 1867, pelo médium Sr. T..., Kardec recebeu uma comunicação muito séria, a respeito do papel dos inimigos na luta contra o Espiritismo

---

O livro A Gênese, de Allan Kardec, foi mesmo adulterado?

O livro A Gênese foi adulterado, mas, usando de subterfúgios, algumas pessoas tentam direcionar as opiniões, sem trazer à mesa todos os fatos.

O canal Mesa Girante e as adulterações em O Céu e o Inferno

Recentemente o canal Mesa Girante, no Youtube, produziu um vídeo onde o autor trata de, debochadamente, tentar invalidar a importância da obra por supostas precipitações de Paulo Henrique ao tratar do tema, no vídeo.

A mais forte evidência de adulteração de O Céu e o Inferno, de Allan Kardec

São **fatos jurídicos incontestes** as **adulterações** de A Gênese e O Céu e o Inferno, pela mera questão de terem sido lançadas edições, com alterações, após a morte do autor e sem o depósito legal – assim afirmam ao menos quatro operadores jurídicos especializados: **Simoni Privato**, **Júlio Nogueira**, **Lucas Sampaio** e **Marcelo Henrique**. Esse **fato legal** está **acima** de qualquer cogitação e, por conta disso, federações espíritas de outros países, **em respeito à lei**, voltaram à terceira edição da obra. Infelizmente, a Federação Espírita Brasileira, tendo muito a recapitular ao tomar essa atitude (já que os textos original de O Céu e o Inferno e A Gênese contraditam uma infinidade de erros que povoam a generalidade das publicações por ela editadas e impressas) ainda reluta contra esses fatos, baseando-se em argumentações de leigos em matéria de direito autoral.

Além do fato jurídico e do necessário respeito à lei, pelo estudo, acabamos de identificar mais uma evidência, talvez a mais determinante de todas, da adulteração de O Céu e o Inferno, obra de Allan Kardec, justamente na parte que exprimia a filosofia doutrinária em sua mais clara e pura face.

Em O Livro dos Espíritos, Kardec trata da questão dos Espíritos que escolheram sempre o caminho do bem (tratamos disso também no artigo "Reforma Íntima e Espiritismo":

Existem Espíritos que sempre escolheram o caminho do bem

> *121. Por que é que alguns Espíritos seguiram o caminho do bem e outros o do mal?*

“Não têm eles o livre-arbítrio? Deus não criou Espíritos maus; criou-os simples e ignorantes, isto é, tendo tanta aptidão para o bem quanta para o mal. Os que são maus, assim se tornaram por vontade própria.”

*133. Têm necessidade de encarnação os Espíritos que **desde o princípio seguiram o caminho do bem**?*

“Todos são criados simples e ignorantes e se instruem nas lutas e tribulações da vida corporal. Deus, que é justo, não podia fazer felizes a uns, sem fadigas e trabalhos, conseguintemente sem mérito.”

a) — Mas, então, de que serve aos Espíritos terem seguido o caminho do bem, se isso não os isenta dos sofrimentos da vida corporal?

*“**Chegam mais depressa ao fim**. Ademais, as aflições da vida são muitas vezes a consequência da imperfeição do Espírito. Quanto menos imperfeições, tanto menos tormentos. Aquele que não é invejoso, nem ciumento, nem avaro, nem ambicioso, não sofrerá as torturas que se originam desses defeitos.”*

O Livro dos Espíritos. Grifos nossos.

Confirmados pelos Espíritos, existem aqueles que sempre escolheram o caminho do bem, **o que não os livra da necessidade de encarnar, para seu desenvolvimento**. Assim, não têm o que expiar, dado que a expiação é a escolha consciente de provas e oportunidades que lhes ajudem a desapegar de **imperfeições conscientemente adquiridas** (lembrando que errar, meramente, não é adquirir imperfeições, desde que o erro seja superado pelo aprendizado. O que gera imperfeições é a repetição consciente do erro).

Além disso, é mais que lógico que aquele que tenha superado, através da expiação, uma imperfeição adquirida, não tem mais o que expiar, exceto caso desenvolva novas imperfeições. Ainda assim, ele pode necessitar nascer em um planeta como a Terra, simplesmente porque suas necessidades atuais demandam ou porque escolha encarnar em missão. O próprio Jesus Cristo é o exemplo máximo desse último caso e, mesmo sendo um Espírito puro, ainda assim enfrentou as vicissitudes da matéria, sem ter nada o que expiar. Vejam aonde leva a admissão dessas falsas ideias: ao dogma de Espíritos criados à parte e que nunca estiveram, em realidade, entre nós (um dogma sustentado por Roustaing)!

Forte evidência da adulteração de O Céu e O Inferno

E aqui chegamos à **mais forte evidência da adulteração de O Céu e O Inferno**, que, na edição lançada após a morte de Kardec, introduziu dois itens no capítulo VIII (que se tornou capítulo VII):

> *9.º — Toda falta cometida, todo mal realizado, é uma dívida contraída que deve ser paga; se não o for numa existência, sê-lo-á na seguinte ou nas seguintes, porque todas as existências são solidárias umas das outras. Aquele que a quita na existência presente não terá de pagar uma segunda vez.*
>
> *10.º — O Espírito sofre a pena de suas imperfeições, seja no mundo espiritual, seja no mundo corporal.* ***Todas as misérias, todas as vicissitudes que suportamos na vida corporal são decorrentes de nossas imperfeições, expiações de faltas cometidas, seja na existência presente, seja nas precedentes****.*
>
> *O Céu e o Inferno, quarta edição. FEB. Grifos meus.*

Esses dois itens, repito, **não existiam na terceira edição da obra, lançada e impressa por Kardec em vida.** Admitir que Kardec tenha incluído esses itens nessa edição, **em especial o item 10**, seria admitir que Kardec entrou em contradição com tudo o que havia desenvolvido até então.

Para dar suporte a essa falsa ideia, os seguintes parágrafos foram removidos na adulteração, no capítulo IX (antigo capítulo X):

> *Nos primeiros estágios de sua existência, os espíritos estão sujeitos à encarnação material, que é necessária ao seu desenvolvimento, até que tenham chegado a um certo grau. O número das encarnações é indeterminado, e subordina-se à rapidez do progresso, que ocorre na razão direta do trabalho e da boa vontade do espírito, que age sempre em função de seu livre-arbítrio. Aqueles que, por sua incúria, negligência, obstinação ou má vontade permanecem mais tempo nas classes inferiores, sofrem disso as consequências, e o hábito do mal dificulta-lhes a saída desse estado. Um dia, porém, cansam-se dessa existência penosa e dos sofrimentos daí decorrentes. É então que, ao*

comparar sua situação à dos bons espíritos, compreendem que seu interesse está no bem, procurando então melhorar-se, mas o fazem por vontade pró- pria, sem que a isso sejam forçados. Estão submetidos à lei do progresso por conta de sua aptidão a progredir, mas não o fazem contra a própria vontade. Fornece-lhes Deus incessantemente os meios de progredir, mas são livres para se aproveitarem destes ou não. Se o progresso fosse obrigatório, nenhum mérito os espíritos teriam, e Deus quer que tenham todos o mérito de suas obras, não privilegiando ninguém com o primeiro lugar, posto franqueado a todos, mas que o alcançam somente através dos próprios esforços. Os anjos mais elevados conquistaram sua posição percorrendo, como os demais, a rota comum. Todos, do topo à base, pertenceram ou pertencem ainda à humanidade.

Os homens são, assim, espíritos encarnados mais ou menos adiantados, e os espíritos são as almas dos homens que deixaram seu invólucro material. A vida espiritual é a vida normal do espírito. O corpo não é senão uma vestimenta temporária, apropriada às funções que devem exercer na Terra, tal como o guerreiro veste a armadura e a cota de malha para o momento do combate, delas despindo-se após a batalha, para eventualmente vesti-las de novo quando chegada a hora de uma nova luta. A vida corporal é o combate que os espíritos devem enfrentar para avançar, para o que se revestem dessa armadura que é para eles ao mesmo tempo um instrumento de ação, mas também um embaraço.

Ao encarnarem, os espíritos trazem suas qualidades inerentes. Os espíritos imperfeitos constituem, portanto, os homens imperfeitos; aqueles mais adiantados, bons, inteligentes, instruídos, são os homens instintivamente bons, inteligentes e aptos a adquirir com facilidade novos conhecimentos. Da mesma forma, os homens, ao morrer, fornecem ao mundo espiritual espíritos bons ou maus, adiantados ou atrasados. O mundo corporal e o mundo espiritual suprem-se assim constantemente um ao outro.

Entre os maus espíritos há os que têm toda a perversidade dos demônios, aos quais pode-se aplicar perfeitamente a imagem que se faz desses últimos. Quando encarnados, constituem os homens perversos e astuciosos que se comprazem no mal, parecendo criados para a desgraça de todos os que são atraídos para sua intimidade, e dos quais pode-se dizer – sem que isso constitua ofensa – que são demônios encarnados.

Tendo alcançado um certo grau de purificação, os espíritos recebem missões compatíveis com seu adiantamento, desempenhando dessa forma todas as funções atribuídas aos anjos de diferentes ordens. Como Deus criou desde sempre, também desde sempre houve espíritos suficientes para atender a todas as necessidades do governo do Universo. Uma só espécie de seres inteligentes, submetidos à lei do progresso, é, portanto, suficiente para tudo. Essa unidade na criação, juntamente à ideia de que todos têm uma mesma origem comum, o mesmo caminho para percorrer, e que se elevam todos por seu mérito próprio, corresponde muito melhor à justiça de Deus do que à criação de espécies diferentes, mais ou menos favorecidas por dons naturais, equivalentes a privilégios.

O Céu e o Inferno – Editora FEAL

Notem, também, o seguinte trecho de O Livro dos Espíritos (grifos meus):

399. *Sendo as **vicissitudes da vida corporal** expiação das faltas do passado e, ao mesmo tempo, provas com vistas ao futuro , seguir-se-á que da natureza de tais vicissitudes se possa inferir de que gênero foi a existência anterior ?*

*“ **Muito amiúde é isso possível** , pois que cada um é punido naquilo por onde pecou. **Entretanto, não há que tirar daí uma regra absoluta**. As tendências instintivas constituem indício mais seguro, visto que as provas por que passa o Espírito são determinadas tanto pelo que respeita ao passado, quanto pelo que toca ao futuro .”*

Isto aqui é muito importante. Kardec, em suas obras, vem sempre numa construção crescente, várias vezes repetindo aquilo que já era compreendido como fato da ciência espírita. Quando ele houvesse de contrariar um ponto, por uma correção de entendimento, ele era muito claro sobre isso. Eis que, “do nada”, Kardec teria contrariado a Doutrina para dizer o seguinte, fazendo regra:

*“Pela natureza dos sofrimentos e das vicissitudes suportadas **na vida corpórea** , pode-se julgar da natureza das faltas cometidas numa existência precedente, e das imperfeições que lhe são a causa.”* (Allan Kardec, O Céu e o Inferno, 4a

edição, adulterada).

Percebe que isso é incongruente com o entendimento de Kardec sobre o Espiritismo e com sua maneira de se portar? O mesmo ele teria feito no parágrafo anterior a esse, o que é impossível, já que, depois, ele voltaria a contrariar essas opiniões erradas, n'A Gênese. Isso é capital, pois essa ideia está diretamente ligada à influência roustainguista na adulteração dessa obra, no capítulo que é, basicamente, o cerne, a base da teoria moral espírita.

Mais evidências da ideia original

Apresento, a seguir, mais alguns trechos da obra de Kardec que evidenciam o verdadeiro entendimento sobre o assunto (**a encarnação não é resultado exclusivo da expiação**):

> *"Segundo um sistema que tem algo de especioso à primeira vista, os Espíritos não teriam sido criados para se encarnarem e a encarnação não seria senão o resultado de sua falta.* ***Tal sistema cai pela mera consideração de que se nenhum Espírito tivesse falido, não haveria homens na Terra, nem em outros mundos****. Ora, como a presença do homem é necessária para o melhoramento material dos mundos; como ele concorre por sua inteligência e sua atividade para a obra geral, ele é uma das engrenagens essenciais da Criação.* ***Deus não podia subordinar a realização desta parte de sua obra à queda eventual de suas criaturas****, a menos que contasse para tanto com um número sempre suficiente de culpados para fornecer operários aos mundos criados e por criar.* ***O bom-senso repele tal ideia****."*
>
> *KARDEC. Revista espírita — 1863 > junho > Do príncipio da não-retrogradação do Espírito. Grifos nossos.*

Nesse artigo, nesse trecho, Kardec está evidentemente refutando, de maneira firme, a mesma ideia transmitida nos Quatro Evangelhos de Roustaing (que somente seria lançado em 1865), de que a encarnação se daria apenas para expiação, isto é, quando o Espírito é "culpado":

A ideia da encarnação como castigo, dissemos, é uma ideia totalmente ligada aos dogmas de Roustaing:

N. 59. Que é o que devemos pensar da opinião que se formula assim: "Do mesmo modo que, para o Espírito em estado de formação, a materialização nos reinos mineral e vegetal e nas espécies intermediárias e igualmente a encarnação no reino animal e nas espécies intermediárias é uma necessidade e não um castigo resultante de falta cometida, também, para o Espírito formado, que já tem inteligência independente, consciência de suas faculdades, consciência e liberdade de seus atos, livre arbítrio e que se encontra no estado de inocência e ignorância, a encarnação, primeiro, em terras primitivas, depois, nos mundos inferiores e superiores, até que haja atingido a perfeição, é uma necessidade e não um castigo"?

Não; a encarnação humana não é uma necessidade, é um castigo, já o dissemos. E o castigo não pode preceder a culpa.

O Espírito não é humanizado, também já o explicamos, antes que a primeira falta o tenha sujeitado à encarnação humana. Só então ele é preparado, como igualmente já o mostramos, para lhe sofrer as conseqüências.

ROUSTAING, Jean B. Quatro Evangelhos, Tomo I

É fácil observar a semelhança dessa ideia com aquele introduzida na 4a edição de O Céu e o Inferno: a de que a encarnação somente se dá quando o Espírito é culpado de um erro anterior.

Continuemos com as evidências da ideia original de Kardec e da Doutrina:

132. Qual o objetivo da encarnação dos Espíritos?

"Deus lhes impõe a encarnação com o fim de fazê-los chegar à perfeição. Para uns, é expiação; para outros, missão. Mas, para alcançarem essa perfeição, têm que sofrer todas as vicissitudes da existência corporal: nisso é que está a expiação […]

O Livro dos Espíritos

Para uns, é expiação; para outros, missão. "Para alcançarem essa perfeição, têm que sofrer todas as vicissitudes da existência corporal: **nisso é que está a expiação**", ou seja, a expiação, tratada no meio religoso como um processo de

remissão de pecados pelos castigos divino, aqui, para o Espiritismo, é apenas o processo de aprendizado e de desenvolvimento do Espírito.

> *Contudo, a fatalidade não é uma palavra vã. Existe na posição que o homem ocupa na Terra e nas funções que aí desempenha, em conseqüência do gênero de vida que* ***seu Espírito escolheu como prova, expiação ou missão****. Ele sofre fatalmente* ***todas as vicissitudes dessa existência*** *e todas as tendências boas ou más, que lhe são inerentes.*
>
> *O Livro dos Espíritos*

O Espírito sofre as vicissitudes da exisência escolhida pelo Espírito, **como prova, expiação ou missão**.

> *25. É um castigo a encarnação e somente os Espíritos culpados estão sujeitos a sofrê-la?*

> ***A passagem dos Espíritos pela vida corporal é necessária para que eles possam cumprir, por meio de uma ação material, os desígnios cuja execução Deus lhes confia****. É-lhes necessária, a bem deles, visto que a atividade que são obrigados a exercer lhes auxilia o desenvolvimento da inteligência. Sendo soberanamente justo, Deus tem de distribuir tudo igualmente por todos os seus filhos; assim é que estabeleceu para todos o mesmo ponto de partida, a mesma aptidão, as mesmas obrigações a cumprir e a mesma liberdade de proceder. Qualquer privilégio seria uma preferência, uma injustiça.* ***Mas, a encarnação, para todos os Espíritos, é apenas um estado transitório. É uma tarefa que Deus lhes impõe, quando iniciam a vida, como primeira experiência do uso que farão do livre-arbítrio****. Os que desempenham com zelo essa tarefa transpõem rapidamente e menos penosamente os primeiros graus da iniciação e mais cedo gozam do fruto de seus labores. Os que, ao contrário, usam mal da liberdade que Deus lhes concede retardam a sua marcha e, tal seja a obstinação que demonstrem, podem prolongar indefinidamente a necessidade da reencarnação, caso em que ela se lhes torna um castigo. — S. Luís. (Paris, 1859.)*
>
> *KARDEC. O Evangelho segundo o Espiritismo > Capítulo IV — Ninguém poderá*

ver o reino de Deus se não nascer de novo > Instruções dos Espíritos. > Necessidades da encarnação. > 25. Grifos nossos.

Evidentemente, os Espíritos demonstram que a encarnação é necessária a todos, de maneira que, enquanto se desenvolvem, fazem sua parte na Criação.

*Os exemplos de castigos imediatos são menos raros do que se crê. Se se remontasse à fonte de todas as vicissitudes da vida, ver-se-ia aí, **quase sempre**, a conseqüência natural de alguma falta cometida. O homem recebe, a cada instante, terríveis lições das quais infelizmente bem pouco aproveita.*

Revista Espírita, 1864

Quase sempre as fontes de todas as vicissitudes da vida remontam à consequencia natural de alguma falta cometida.

*[O homem de bem] Sabe que todas as vicissitudes da vida, todas as dores, todas a decepções, **são provas ou expiações**, e as aceita sem murmurar.*

O Evangelho Segundo o Espiritismo

Todas as vicissitudes da vida são provas ou expiações. Prova: tudo aquilo que nos serve ao aprendizado, todas as dificuldades da vida. **Expiação**: certos gêneros de provas, escolhidas para o exercício de desapego de uma imperfeição adquirida.

*"Esta pergunta dos discípulos "É o pecado deste homem a causa de nascer cego" indica a intuição de uma existência anterior. Caso contrário, não teria sentido, porque o pecado que seria a causa de uma enfermidade de nascença deveria ter sido cometido antes do nascimento e, por consequência, em uma existência anterior. Se Jesus tivesse visto aí uma ideia falsa ele teria dito: "Como esse homem teria podido pecar antes de estar entre nós?" Em lugar disso ele lhes disse que, se o homem é cego, não significa que tenha pecado, mas, a fim de que o poder de Deus brilhe nele; é como dizer que ele devia ser o instrumento de uma manifestação do poder de Deus. **Se isso não era uma expiação do passado, é uma prova de que devia servir a seu progresso**, porque Deus, que é justo, não poderia lhe impor um sofrimento sem compensação."*

KARDEC, Allan. A Gênese. 4a edição. "Cego de Nascença". Grifos nossos.

Nesse trecho, onde Kardec trata da cura da cegueira, feita por Jesus, ele faz a seguinte observação: "**Se isso não era uma expiação do passado, é uma prova de que devia servir a seu progresso**". Ora, isso quer dizer que, para ele, e de acordo com o Espiritismo, as vicissitudes não se dão apenas como expiação, mas também como ferramenta de aprendizado. **Esse trecho consta inclusive da 5a edição de A Gênese** (a edição adulterada), e Kardec não pode ter se contradito em suas ideias em cada uma das obras. Esse não é o Kardec que conhecemos.

Motivo da adulteração

Todo aquele que está investigando o assunto seriamente, e que investigou também a adulteração de A Gênese, perceberá algo em comum entre as duas adulterações: o princípio do dogma da encarnação como o resultado do castigo pelo pecado – dogma fortemente limitador e aprisionante, repercutido por Roustaing e ensinado pelos Espíritos mistificadores que com ele se comunicavam, através da médium Emilie Collignon. Contra a sua teoria, existe um simples detalhe: Jesus.

Jesus, o Espírito mais evoluído que já encarnou entre nós, não tinha nada a "pagar", posto que era Espírito puro. Como resolver esse problema? Dizendo que Jesus não encarnou, mas que, em verdade, foi um *agênere*, isto é, um Espírito materializado, que simplesmente nos enganou ao longo de sua trajetória.

O ponto é que, em O Céu e o Inferno, foram removidas as ideias doutrinárias que demonstravam a encarnação como necessária a todos, bons e maus, e foi acrescentada a ideia de que tudo o que passamos é fruto de expiações de erros de vidas passadas (item 10, cap. 7, *Código Penal da Vida Futura*); já na adulteração de A Gênese, não por acaso, o item 67 do capítulo XV foi removido, e, como demonstra Henri Netto,

> *[...] a renumeração do item 68 como se fosse o 67, oculta a apreciação lógica (ainda que em termos de suposições) sobre o destino do envoltório corporal de Yeshua, após o seu sepultamento. Qual seria a razão de Kardec, depois de repelir a tese docetista ("corpo fluídico" de Jesus), e afirmar a sua natureza*

humana, para suprimir suas judiciosas considerações acerca do tema?

NETTO, Henri. À procura da dúvida: onde está a verdade? Publicado no site Espiritismo com Kardec – ECK, em 24/12/2023. Disponível em comkardec.net.br/a-procura-da-duvida-onde-esta-a-verdade-por-henri-netto

Ou seja: em A Gênese, para dar suporte às adulterações de O Céu e o Inferno, atacou-se a ideia que demonstra, pelo exemplo inequívoco, que a encarnação não serve apenas para expiação (acrescentando-se aqui que *expiação* é o ato consciente da escolha de provas visando o retorno ao bem, para os Espíritos que, em minoria, escolheram o apego ao erro e, assim, desenvolveram imperfeições). Removeu-se uma ideia doutrinária, ainda que a recomendação do Espírito, que se comunicou a Kardec sobre o assunto da nova edição, tenha sido de não remover absolutamente nada que fosse relacionado às ideias doutrinárias.

Conclusão

De duas, uma: ou Kardec fez essa alteração, ou ele não fez essa alteração. Se ele mesmo fez essa alteração, então contradisse todo seu entendimento anterior e, além disso, demonstra um estado de saúde mental alterado, já que contradisse essa ideia n'A Gênese, inclusive em sua quinta edição, como demonstramos acima.

Ora, sabendo que Kardec deixa muito claro seu entendimento de que a encarnação não pode ser resultado exclusivo da expiação e conhecendo seu estado de saúde mental sadio, até o dia de sua morte, podemos chegar a apenas uma conclusão: essa obra **foi adulterada**.

A alteração é muito clara: "Todas as misérias, todas as vicissitudes que suportamos na vida corporal são decorrentes de nossas imperfeições, expiações de faltas cometidas". Isso é claramente a ideia de Roustaing, e a essência desse capítulo foi perdida com a alteração, para implantar os mesmos dogmas que esse senhor aceitava e defendia:

"Não; a encarnação humana não é uma necessidade, é um castigo, já o dissemos. E o castigo não pode preceder a culpa".

ROUSTAING, Jean B. Quatro Evangelhos, Tomo I, item 59

Muitos dirão, ainda, que o item 16 do cap. VII de O Céu e o Inferno (a versão adulterada) encerra o mesmo princípio removido do item 8, original:

> *16.º — O arrependimento é o primeiro passo para o aperfeiçoamento; mas sozinho não basta; são precisas ainda a expiação e a reparação.*
>
> *Arrependimento, expiação e reparação são as três condições necessárias para apagar os traços de uma falta e suas consequências.*
>
> *O arrependimento suaviza as dores da expiação, dando esperança e preparando as vias da reabilitação; mas somente a reparação pode anular o efeito, destruindo a causa; o perdão seria uma graça e não uma anulação.*

Contudo, perguntamos: em que se torna a arrependimento, a expiação e a reparação, quando submetidas às ideias inseridas pelas adulterações, senão no cumprimento de uma sentença ou de um castigo? Em que se torna o erro, parte do aprendizado, senão em uma condenação? E, vendo sob esse ângulo, perguntamos: o indivíduo que é levado a pensar dessa maneira, como age ante à vida? Age austeramente, buscando superar o erro, ou, crendo-se condenado, se submete à inação ou, pior, descamba por mais erros ainda? E ante ao próximo, que sofre as vicissitudes da vida? Vê nele um irmão que requer o nosso apoio, um ser capaz de superar suas dificuldades pelo aprendizado, ou vê nele mais um condenado, sobre o qual nada se pode fazer, já que cumpre sua sentença? Finalmente: tudo isso leva ao estado de cooperação, em busca do progresso, ou leva ao materialismo e ao egoísmo?

São perguntas que cada um se deve fazer, de posse do conhecimento que, para mim, demorou três anos para ser clarificado e estabelecido. Quem sabe, com tudo isso, eu possa ajudar a diminuir esse tempo para você.

Inimigos do bem se esforçam por retardá-lo

É muito evidente que o capítulo mais importante de O Céu e o Inferno, justamente aquele que continha a essência da filosofia doutrinária, foi propositadamente adulterado. As ideias originalmente estabelecidas foram completamente

remodeladas segundo dogmas ligados à ideia da queda pelo pecado, atrasando, por mais de 150 anos, o desenvolvimento do Espiritismo na face da Terra. Chega. Agora é hora de **recuperar e de estudar**. Recomendamos a leitura das nossas **Obras Recomendadas.**

Os esforços daqueles que tentam obter o domínio da verdade estão ligados às concepções de velho mundo. São Espíritos ainda incapazes de compreender a essência do Espiritismo e que, conscientemente ou não, lutam contra suas ideias de autonomia e de liberdade. Como diria Kardec, deixemos que o tempo se encarregue deles.

Dizem eles terem provado sumariamente a não adulteração e, assim, refutado **todas** as evidências em contrário. Assim sendo, peço a esses indivíduos que expliquem essa alteração **ilógica** e **contraditória** a toda a doutrina.

Como agem os sacerdotes

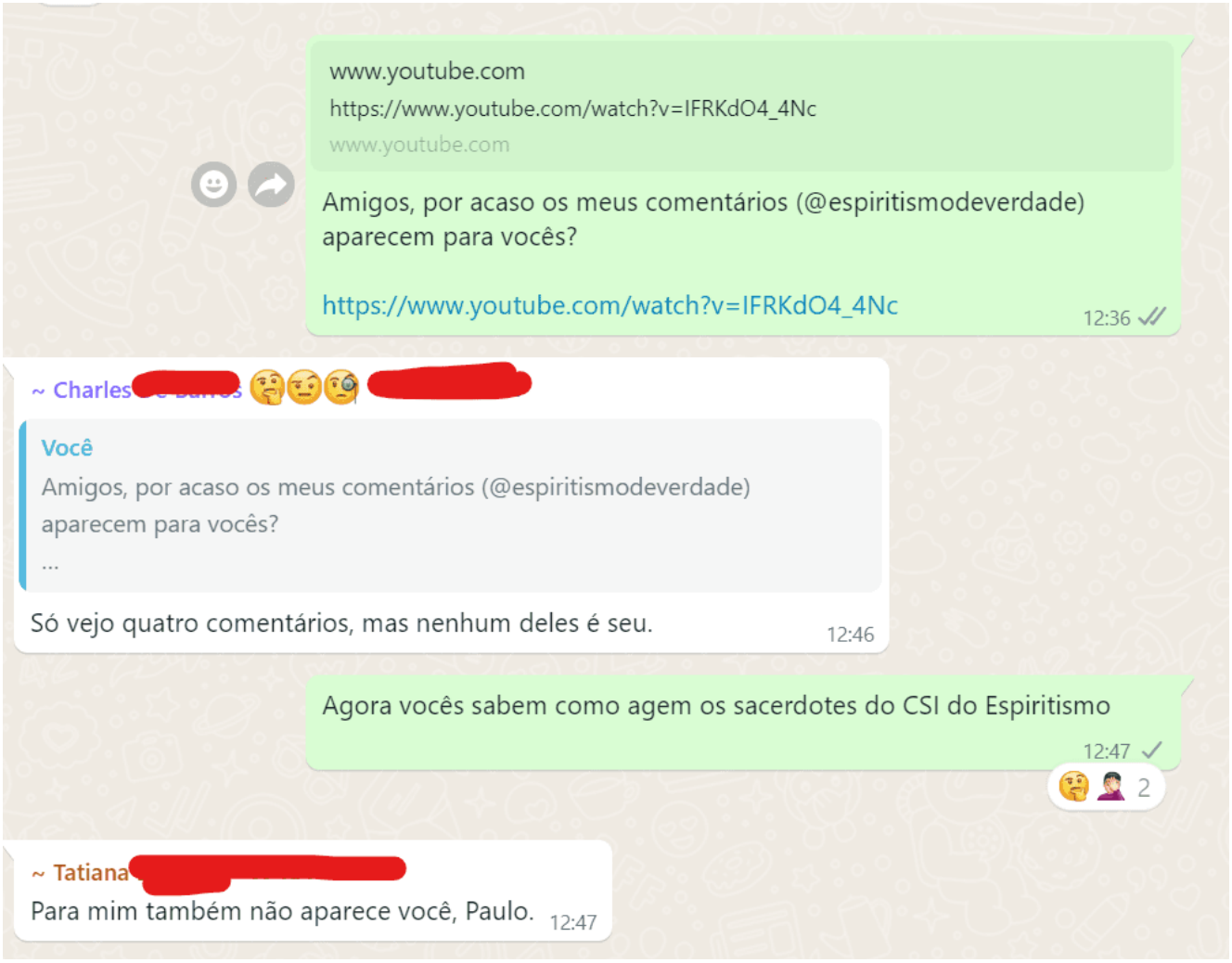
Para Leymarie, os fatos e a discussão sobre eles não importavam. Para manter a sua versão, visava dominar a verdade com subterfúgios diversos. Tentava tomar domínio da opinião espírita e escondia tudo o que pudesse depor contra suas ideias. Assim agem, também, aqueles que contrariam os fatos da adulteração com o "canto de sereia", como diria Marcelo Henrique.

Há poucos dias, comentei no vídeo " O Livro A Gênese foi mesmo adulterado?", publicado no canal Grupo Espírita Revelare, no Youtube:



Não por acaso, meus comentários não aparecem para mais ninguém, pois estou oculto no canal.


O LIVRO “A GÊNESE” FOI MESMO ADULTERADO?
Grupo Espírita Educa
188 inscritos
Inscrever-se
17
Compartilhar
1,4 mil visualizações há 2 semanas
Certamente você já conhece a polêmica em torno da suposta adulteração do livro “A Gênese”, de Allan Kardec. Mas será que essas suspeitas têm fundamento? Será que a quinta edição de A Gênese é mesmo uma fraude? ...mais
4 comentários
Ordenar por
Adicione um comentário...
[redacted] há 5 dias
Amei a produção! Parabéns!
1
Responder
[redacted] há 13 dias
Parabéns! Ficou sensacional!
1
Responder
[redacted] há 13 dias (editado)
Excelente sintese!
Apenas um aclaramento: existem as matrizes e as matrizes fundidas (que são chamadas de clichês).
As matrizes são como formas que permitem a fundição posterior das matrizes fundidas (em ferro)...
Ler mais
Responder
• 1 resposta
@GrupoEspiritaEducare há 6 dias
Obrigado pela observação [redacted]
1
Responder



Allan Kardec e a revolução moral da humanidade

Allan Kardec e a Revolução Moral da Humanidade — Palestra de Paulo Henrique de Figueiredo

---

Diálogo com as Sombras em confronto com a Ciência Espírita

A obra *Diálogo com as Sombras: Teoria e Prática da Doutrinação*, de Hermínio C. Miranda, tornou-se uma referência para reuniões de desobsessão no movimento espírita brasileiro. Contudo, quando seu conteúdo é submetido ao exame da **Ciência Espírita desenvolvida por Allan Kardec**, aparecem divergências metodológicas, doutrinárias e conceituais que merecem análise.

Kardec estruturou o Espiritismo sobre **observação, experimentação, análise racional e comparação das comunicações mediúnicas**, recusando a autoridade isolada de médiuns ou Espíritos como critério suficiente de verdade.

Em *Diálogo com as Sombras*, por outro lado, encontramos a incorporação de conceitos provenientes principalmente de obras atribuídas a **Emmanuel e André Luiz**, além da aceitação de ideias relacionadas a talismãs, números, astrologia e descrições detalhadas da vida espiritual.

A questão, portanto, não é simplesmente saber se essas ideias são interessantes ou se foram difundidas no movimento espírita. A questão científica é outra:

Elas resistem ao método e aos princípios estabelecidos por Allan Kardec?

1. Talismãs, símbolos e a "mística" dos números

Diálogo com as Sombras reproduz ideias atribuídas a Emmanuel sobre uma **"simbologia sagrada das palavras"**, uma **"mística natural" dos números** e até a possibilidade de o talismã funcionar como uma espécie de **"condensador de energias psíquicas emanadas do operador"**.

O problema aparece quando confrontamos essas proposições com *O Livro dos Médiuns*.

Ao tratar diretamente da possibilidade de objetos possuírem influência sobre os Espíritos, Kardec apresenta uma resposta inequívoca:

> *“Não há palavra sacramental nenhuma, nenhum sinal cabalístico, nem talismã, que tenha qualquer ação sobre os Espíritos, porquanto estes só são atraídos pelo pensamento e não pelas coisas materiais.”*

O princípio é relevante porque retira dos objetos qualquer suposta eficácia espiritual intrínseca.

Para a Ciência Espírita, **não é o objeto que possui poder oculto**. A ação espiritual relaciona-se ao pensamento, à vontade e às condições morais dos agentes envolvidos.

Atribuir eficácia espiritual própria a números, símbolos, fórmulas ou objetos aproxima-se justamente das concepções mágicas e supersticiosas das quais Kardec procurou distinguir o Espiritismo.

2. Astrologia e influência dos astros

Outro ponto que merece exame é a utilização de afirmações atribuídas a Emmanuel segundo as quais:

> *“As antigas assertivas astrológicas têm a sua razão de ser.”*

A argumentação relaciona conjunções planetárias e campos magnéticos dos astros ao organismo humano.

Essa concepção precisa ser confrontada com o tratamento dado por Kardec às antigas crenças astrológicas.

Na concepção espírita, os astros são **mundos materiais submetidos às leis naturais**. O desenvolvimento moral do Espírito não está subordinado a um sistema oculto de determinações planetárias.

Kardec apresenta historicamente a astrologia como uma etapa ligada ao desenvolvimento inicial da observação astronômica, mas isso não significa validar suas pretensões divinatórias ou deterministas.

A Ciência Espírita desloca a explicação da existência humana para outros elementos: **livre-arbítrio, responsabilidade individual, progresso espiritual,**

pluralidade das existências e consequências naturais dos próprios atos.

3. Desobsessão: a técnica do doutrinador ou a transformação moral?

Em *Diálogo com as Sombras*, grande parte da atenção é direcionada à atuação do **doutrinador** diante do Espírito obsessor.

Desenvolve-se uma metodologia extensa de diálogo, argumentação, investigação e convencimento durante a manifestação mediúnica. Em determinadas situações, aparecem ainda procedimentos relacionados à recuperação de acontecimentos anteriores e à exploração das motivações do Espírito comunicante.

Em Kardec, entretanto, a questão da obsessão possui um eixo fundamentalmente **moral**.

No capítulo XXIII de *O Livro dos Médiuns*, a obsessão é estudada em suas causas, mecanismos e meios de combate. O problema não se resume a retirar determinado Espírito de perto de determinada pessoa.

É necessário atuar sobre as condições que tornam possível ou sustentam aquela influência.

Isso modifica profundamente a compreensão da desobsessão.

Não basta afastar temporariamente um Espírito se permanecem no indivíduo pensamentos, disposições ou comportamentos que favoreçam novas influências.

Por isso, transformar a desobsessão predominantemente numa técnica de diálogo entre doutrinador e obsessor corre o risco de deslocar o centro do problema.

Na perspectiva kardeciana, assumem papel fundamental:

- a transformação moral;
- a vigilância sobre pensamentos e ações;
- a prece sincera;
- a resistência às sugestões inferiores;
- a autoridade moral daqueles que auxiliam;

- e a eliminação das condições que favorecem a influência obsessiva.

A eficácia não decorre simplesmente da habilidade retórica ou técnica daquele que conversa com o Espírito.

4. André Luiz, Emmanuel e o problema das revelações particulares

Este talvez seja um dos pontos metodológicos mais importantes.

Diálogo com as Sombras utiliza extensamente obras atribuídas a **André Luiz e Emmanuel**, incorporando descrições sobre colônias espirituais, alimentação no mundo espiritual, técnicas empregadas por Espíritos, organizações existentes na erraticidade e outros detalhes.

O problema não está na possibilidade de estudar essas comunicações.

O problema está em determinar qual valor científico e doutrinário pode ser atribuído a elas.

Uma comunicação mediúnica não se transforma automaticamente em princípio da Ciência Espírita porque foi recebida por determinado médium ou atribuída a determinado Espírito.

Kardec estabeleceu mecanismos justamente para evitar que **opiniões particulares de Espíritos fossem transformadas em doutrina**.

Na introdução de *O Evangelho segundo o Espiritismo*, ao tratar da autoridade da Doutrina Espírita, Kardec desenvolve o princípio da concordância dos ensinos.

Uma ideia nova não deve depender da autoridade de:

- um único Espírito;
- um único médium;
- um único grupo;
- uma única localidade.

É necessária uma concordância suficientemente ampla e independente, além da

submissão das comunicações ao exame racional.

Esse princípio é essencial.

A fama do médium não constitui prova.

O nome atribuído ao Espírito comunicante não constitui prova.

A beleza literária da mensagem não constitui prova.

A riqueza de detalhes da narrativa também não constitui prova.

Assim, comunicações atribuídas a André Luiz, Emmanuel ou qualquer outro Espírito podem ser estudadas e examinadas. O que não se pode fazer, seguindo o método de Kardec, é transformá-las automaticamente em princípios estabelecidos da Ciência Espírita.

5. O problema do devassamento de vidas passadas

Outro aspecto que merece atenção é a utilização de informações sobre encarnações anteriores durante determinados diálogos mediúnicos.

Crimes, conflitos, relacionamentos e acontecimentos do passado podem aparecer como elementos utilizados para confrontar ou convencer o Espírito comunicante.

Kardec, entretanto, recomenda **extrema prudência** nesse campo.

O esquecimento das existências anteriores possui finalidade providencial. Além disso, *O Livro dos Médiuns* adverte contra perguntas destinadas simplesmente a descobrir acontecimentos íntimos, crimes anteriores, segredos pessoais ou informações cuja revelação não possua verdadeira utilidade.

Uma revelação sobre o passado pode eventualmente ocorrer quando exista finalidade séria e útil.

Isso é muito diferente de transformar a investigação das existências anteriores em **procedimento habitual de uma reunião mediúnica**.

O princípio metodológico continua sendo o mesmo: a curiosidade não deve ser

confundida com investigação científica.

6. A materialização da vida espiritual

Também merece exame crítico a tendência de descrever a erraticidade reproduzindo estruturas e necessidades características da existência corporal.

Nesse tipo de literatura aparecem descrições minuciosas de:

- alimentação;
- instalações;
- organizações administrativas;
- procedimentos técnicos;
- instituições;
- funções burocráticas;
- mecanismos e equipamentos.

Quanto mais específica é uma descrição sobre uma realidade cuja verificação direta é difícil, **maior deve ser a exigência crítica**, e não menor.

O detalhamento de uma narrativa não constitui evidência de sua veracidade.

Uma comunicação extremamente detalhada pode continuar sendo apenas uma comunicação particular.

É precisamente nesse tipo de situação que o método comparativo desenvolvido por Kardec se torna indispensável.

7. Quadro comparativo

Talismãs e símbolos

Diálogo com as Sombras: admite conceitos como talismãs funcionando como "condensadores" de energias.

Kardec: nenhum sinal, palavra cabalística ou talismã possui ação própria sobre os Espíritos; o pensamento é o elemento fundamental.

Astrologia

Diálogo com as Sombras: reproduz a ideia de que antigas concepções astrológicas possuiriam fundamento e relaciona os astros ao organismo humano.

Kardec: trata criticamente as antigas concepções astrológicas e não estabelece determinações planetárias como fundamento da existência moral humana.

Desobsessão

Diálogo com as Sombras: atribui grande importância à atuação do doutrinador sobre o Espírito obsessor.

Kardec: enfatiza as causas da obsessão, a transformação moral, a vigilância, a prece e as condições que permitem a influência espiritual.

Fonte do conhecimento

Diálogo com as Sombras: utiliza extensamente revelações atribuídas a André Luiz e Emmanuel.

Kardec: estabelece critérios destinados justamente a impedir que comunicações particulares sejam automaticamente transformadas em princípios doutrinários.

Vidas passadas

Diálogo com as Sombras: utiliza informações de existências anteriores em determinados diálogos mediúnicos.

Kardec: recomenda prudência extrema diante de revelações íntimas e rejeita a curiosidade indiscreta sobre o passado.

8. O problema central não é Hermínio Miranda: é o método

Reduzir essa discussão a uma disputa entre autores seria perder seu aspecto mais importante.

A questão fundamental é **metodológica**.

Como distinguir uma comunicação mediúnica verdadeira de uma falsa?

Como distinguir uma observação legítima de uma interpretação pessoal?

Como impedir que um Espírito mistificador introduza gradualmente suas próprias ideias?

Como evitar que o prestígio de um médium transforme uma narrativa particular em crença coletiva?

Essas questões já estavam presentes no trabalho de Allan Kardec.

Foi justamente para enfrentá-las que ele insistiu na **análise racional, na comparação das comunicações, na independência em relação aos nomes dos Espíritos e na concordância dos ensinos obtidos por diferentes meios**.

Abandonar esses critérios significa alterar profundamente o modo pelo qual o conhecimento espírita é produzido.

Conclusão: Kardec ou autoridade mediúnica?

Diálogo com as Sombras possui importância histórica para compreender determinadas práticas que se consolidaram no movimento espírita brasileiro durante o século XX.

Isso, entretanto, não significa que todas as suas proposições possam ser identificadas automaticamente com a Ciência Espírita.

Quando suas ideias são confrontadas com *O Livro dos Espíritos*, *O Livro dos Médiuns*, *O Evangelho segundo o Espiritismo*, a *Revista Espírita* e os demais

trabalhos de Allan Kardec, surgem divergências que não devem ser ignoradas.

A questão fundamental permanece aquela estabelecida pelo próprio método espírita:

qual é a evidência?

No Espiritismo, a autoridade de um nome — seja médium, escritor ou Espírito comunicante — não substitui demonstração.

Uma afirmação não se torna verdadeira porque foi atribuída a Emmanuel.

Não se torna verdadeira porque foi atribuída a André Luiz.

Não se torna verdadeira porque foi psicografada por Chico Xavier.

E também não se torna verdadeira simplesmente porque Hermínio C. Miranda a incorporou a uma obra amplamente aceita.

É justamente nesse ponto que o método de Allan Kardec permanece indispensável: **observar, comparar, analisar, submeter as comunicações à razão e distinguir aquilo que pode ser estabelecido pela investigação espírita daquilo que permanece como opinião, hipótese ou relato particular.**

O Conselho Espírita Internacional e a internacionalização do modelo federativo brasileiro

No artigo anterior, **“A Revista Espírita (*Revue Spirite*), do Conselho Espírita Internacional, é uma afronta ao trabalho de Kardec”**, examinei principalmente um problema metodológico: a distância entre a maneira pela qual Allan Kardec utilizava a *Revue Spirite* como instrumento de observação, exame e

confronto das comunicações mediúnicas e o modo pelo qual a publicação contemporânea do Conselho Espírita Internacional — CEI — incorpora elementos da tradição mediúnica e institucional construída posteriormente.

Mas aquela análise deixa uma questão inevitável: **o que exatamente é o Conselho Espírita Internacional?**

Como ele surgiu?

Por que uma organização supostamente internacional apresenta tamanha proximidade histórica, cultural e doutrinária com o modelo desenvolvido pela Federação Espírita Brasileira?

Essa proximidade não é apenas uma impressão produzida pela leitura de sua atual *Revue Spirite*. A história institucional do CEI, os personagens envolvidos em sua formação, sua estrutura administrativa, a literatura que ajudou a difundir e até o endereço utilizado pela organização revelam uma relação muito mais estreita com o movimento federativo brasileiro do que normalmente se percebe.

1. O que é o Conselho Espírita Internacional

O Conselho Espírita Internacional foi formalmente constituído em **28 de novembro de 1992, em Madri, na Espanha**, durante uma assembleia de representantes de instituições espíritas nacionais.

Segundo o próprio CEI, trata-se de uma organização sem fins lucrativos resultante da associação de instituições representativas de movimentos espíritas nacionais. Sua missão declarada é promover a "unificação do Movimento Espírita no mundo", com base nos princípios de Allan Kardec. Entre seus objetivos estão a divulgação do Espiritismo, a realização de congressos, o intercâmbio entre instituições nacionais e a cooperação em atividades doutrinárias, administrativas, assistenciais e editoriais.

O modelo é federativo.

Os membros do CEI não são, formalmente, indivíduos nem centros espíritas isolados, mas organizações nacionais — federações, confederações, uniões e

instituições equivalentes. A estrutura institucional compreende Assembleia Geral, Comissão Executiva e Conselho Fiscal. A própria Comissão Executiva é composta por instituições representando diferentes países.

Em princípio, portanto, não se trata de uma estrutura brasileira.

O problema começa quando se examina **como essa organização internacional foi formada e quais forças já estavam organizadas quando ela surgiu**.

2. O CEI não apareceu num vazio institucional

Quando o Conselho Espírita Internacional foi criado, em 1992, a situação do movimento espírita mundial estava longe de ser equilibrada.

O Espiritismo havia nascido na França no século XIX, mas o movimento francês perdeu grande parte da importância social e institucional que possuíra anteriormente. No Brasil ocorreu justamente o inverso: durante o século XX, o movimento espírita cresceu enormemente, desenvolveu editoras, federações, congressos, centros, programas de formação e uma vasta produção mediúnica própria.

Quando se inicia a organização internacional contemporânea do Espiritismo, **o maior aparato institucional espírita do mundo já não estava na França, mas no Brasil**.

Essa assimetria é essencial para compreender o CEI.

Não se reuniram, em 1992, movimentos nacionais de dimensões e recursos equivalentes para construir do zero uma nova organização. Um dos participantes já possuía décadas de experiência federativa, um sistema nacional de unificação, enorme capacidade editorial e um patrimônio simbólico formado por nomes como Bezerra de Menezes, Chico Xavier, Emmanuel e, posteriormente, Divaldo Franco como grande divulgador internacional.

Esse participante era o movimento organizado em torno da **Federação Espírita Brasileira**.

3. A FEB aparece desde a formação do organismo internacional

A presença brasileira não começou depois da fundação do CEI.

Ela aparece no próprio processo preparatório.

As articulações que levariam à criação da organização internacional ganharam força no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Nestor João Masotti, então ligado à Federação Espírita Brasileira, participou diretamente dessas iniciativas e posteriormente se tornou uma das figuras centrais do CEI.

A formação institucional culminou em Madri, em 1992. A partir dali consolidou-se progressivamente a estrutura internacional que passaria a organizar congressos mundiais, publicações, traduções e programas de intercâmbio.

Não seria correto afirmar que a FEB "inventou" sozinha o Conselho Espírita Internacional. Representantes de diversos países participaram efetivamente de sua formação.

Mas seria igualmente incorreto tratar a participação brasileira como apenas mais uma entre várias equivalentes.

Ao longo dos anos seguintes, a FEB e seus dirigentes ocuparam posições centrais no desenvolvimento da organização.

4. Nestor Masotti personifica a ligação entre FEB e CEI

Nestor João Masotti é provavelmente o melhor exemplo dessa sobreposição institucional.

Ele se tornou secretário-geral do Conselho Espírita Internacional e também presidiu a Federação Espírita Brasileira.

Durante parte importante da expansão do CEI, portanto, **o dirigente máximo da FEB acumulava uma posição executiva central no organismo internacional**.

Esse detalhe ajuda a compreender a transferência de práticas administrativas, conceitos de “unificação”, políticas editoriais e referências doutrinárias brasileiras para a estrutura internacional.

Não estamos falando apenas de afinidades ideológicas.

Estamos falando de pessoas concretas circulando entre as duas organizações.

A proximidade chegou a ser também física.

5. CEI e FEB chegaram a compartilhar o mesmo endereço institucional

O site atual do Conselho Espírita Internacional informa como endereço:

Av. L2 Norte – Q. 603, Conjunto F (SGAN), Brasília – DF, Brasil.

A Federação Espírita Brasileira informa sua sede no mesmo local:

SGAN 603 – Conjunto F – Avenida L2 Norte, Brasília – DF.

Isso é bastante revelador.

Uma organização internacional que representa instituições de diversos países mantém como endereço de referência justamente a sede da Federação Espírita Brasileira.

Esse dado, isoladamente, não provaria dependência administrativa ou doutrinária.

Mas, somado à trajetória de seus dirigentes, à história de sua formação e à literatura que passou a circular internacionalmente por sua estrutura, ele se torna mais significativo.

Há uma diferença importante entre afirmar que **CEI e FEB são a mesma instituição**, o que seria incorreto, e reconhecer que houve entre elas **uma proximidade institucional excepcionalmente forte**.

A documentação permite afirmar a segunda coisa com segurança.

6. A pesquisa acadêmica já descreveu esse fenômeno como “brasilianização”

Existe ainda um elemento externo ao próprio movimento espírita que merece atenção.

Em 2008, o antropólogo Bernardo Lewgoy publicou na revista acadêmica *Religião & Sociedade* o artigo **“A transnacionalização do espiritismo kardecista brasileiro: uma discussão inicial”**.

Sua análise é particularmente relevante porque não se trata de um texto produzido dentro das disputas doutrinárias entre kardecistas, roustainguistas ou federativos.

Lewgoy examina o fenômeno sociologicamente.

Logo no resumo, ele fala em uma **“participação hegemônica do kardecismo brasileiro na organização internacional do movimento espírita”** e destaca tanto o papel da Federação Espírita Brasileira quanto a atuação internacional de Divaldo Franco.

O conceito utilizado por ele é bastante esclarecedor: **brasilianização do movimento espírita internacional**.

O que foi exportado não teria sido simplesmente o conhecimento das obras de Allan Kardec.

Segundo Lewgoy, foram internacionalizados elementos formados historicamente no Brasil: o modelo federativo da FEB, a organização das casas espíritas, práticas, ênfases religiosas e um vasto patrimônio bibliográfico brasileiro, especialmente a literatura mediúnica de Chico Xavier e Divaldo Franco.

Isso muda completamente a interpretação do processo.

O que se espalhou pelo mundo nas últimas décadas não foi apenas o Espiritismo francês do século XIX.

Espalhou-se também uma **forma brasileira de organizar, praticar e interpretar o Espiritismo**.

7. Internacionalização não significa simples retorno a Kardec

Esse ponto merece particular atenção.

À primeira vista, uma organização internacional poderia parecer o caminho natural para recuperar a universalidade pretendida pelo Espiritismo.

Mas o processo ocorreu numa direção diferente.

O Brasil não funcionou apenas como conservador das obras francesas.

Ao longo do século XX, desenvolveu uma cultura espírita própria, na qual passaram a ter grande importância autores espirituais e médiuns posteriores a Kardec.

Chico Xavier tornou-se praticamente inseparável da imagem pública do Espiritismo brasileiro.

Emmanuel passou a funcionar, para grande parte do movimento, como uma espécie de intérprete espiritual autorizado.

André Luiz forneceu uma vasta cosmologia sobre o mundo espiritual.

Bezerra de Menezes adquiriu a condição simbólica de grande dirigente espiritual do movimento brasileiro.

A narrativa de Ismael consolidou-se através da tradição ligada à FEB.

Divaldo Franco tornou-se um dos maiores divulgadores internacionais dessa mesma cultura.

Quando esse movimento se expandiu internacionalmente, não levou apenas *O Livro dos Espíritos*.

Levou consigo todo esse patrimônio.

8. A diferença entre “Espiritismo brasileiro” e “febianismo”

É importante, contudo, fazer uma distinção.

Nem tudo o que existe no Espiritismo brasileiro pode ser classificado simplesmente como “febianismo”.

O movimento brasileiro sempre foi plural. Houve oposição histórica ao roustainguismo, críticas à FEB, diferentes interpretações de Kardec e instituições que nunca aceitaram determinadas narrativas consolidadas no campo federativo.

Quando utilizamos aqui o termo **febianismo**, portanto, não estamos falando de tudo aquilo que surgiu no Brasil.

Estamos nos referindo a uma tradição institucional mais específica: aquela construída em torno da FEB e de seu sistema federativo, com sua concepção de unificação, seus programas de formação, sua literatura de referência e sua valorização de determinadas autoridades mediúnicas.

Dentro desse ambiente aparecem, em diferentes momentos históricos, elementos como:

a tradição de Ismael;

Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho;

a literatura de Chico Xavier e Emmanuel;

a influência histórica de Roustaing;

a centralidade da unificação federativa;

a valorização de mensagens atribuídas a dirigentes espirituais do movimento.

Isso não significa que cada pessoa ligada ao CEI aceite necessariamente todas essas ideias.

Seria uma generalização indevida.

O que se pode demonstrar é que **essa cultura institucional brasileira teve**

influência desproporcional na formação do organismo internacional.

9. O caso de Divaldo Franco ajuda a compreender a expansão

A internacionalização do Espiritismo brasileiro também não aconteceu apenas por meio de dirigentes administrativos.

Divaldo Pereira Franco exerceu papel extraordinariamente importante.

Durante décadas, realizou viagens, palestras e congressos em diversos países, tornando-se uma das figuras mais conhecidas do Espiritismo fora do Brasil.

Bernardo Lewgoy inclui explicitamente Divaldo em sua análise sobre a exportação da tradição espírita “made in Brazil”.

Isso produziu um efeito importante.

Quando comunidades espíritas relativamente pequenas da Europa, América do Norte ou América Latina entravam em contato com um movimento brasileiro altamente organizado, recebiam não apenas literatura de Kardec, mas também palestrantes, livros psicografados, programas de estudo, métodos administrativos e modelos de funcionamento de centros.

O crescimento internacional ocorreu, portanto, através de um pacote cultural muito mais amplo.

10. O peso brasileiro aparece até em congressos realizados fora do Brasil

A assimetria também se revelou na composição dos grandes encontros internacionais.

Lewgoy relata que, no Congresso Espírita Mundial realizado em Paris em 2004, a participação brasileira era numericamente muito superior à dos demais países.

Esse dado não deve ser interpretado como alguma irregularidade. Se havia mais brasileiros interessados e com capacidade de participação, era natural que

fossem numerosos.

Mas ele revela onde estava o verdadeiro centro de gravidade do movimento internacional.

O congresso podia ocorrer em Paris.

A origem histórica do Espiritismo podia estar na França.

O discurso podia ser internacional.

Ainda assim, o movimento brasileiro possuía uma presença social e institucional muito maior.

É difícil imaginar que uma diferença dessa magnitude não produzisse consequências culturais.

11. O modelo da “unificação” também veio do Brasil

Outro elemento frequentemente tratado como se fosse neutro é a própria ideia de “unificação”.

O CEI declara que uma de suas principais missões é promover a unificação do movimento espírita mundial.

Mas essa linguagem já era profundamente familiar ao movimento federativo brasileiro.

Depois do Pacto Áureo de 1949, a FEB consolidou um sistema nacional de articulação das entidades federativas através do Conselho Federativo Nacional.

Com o passar dos anos, “unificação” deixou de significar apenas aproximação fraterna entre espíritas e passou a designar também um complexo sistema de orientações, programas, encontros, materiais de estudo e estruturas administrativas.

Quando o CEI surge décadas depois, encontra esse modelo pronto.

É difícil não perceber a correspondência.

No plano nacional:

FEB → federações estaduais → centros espíritas.

No plano internacional:

CEI → instituições nacionais de unificação → movimentos nacionais.

O formato não é idêntico juridicamente, mas a lógica federativa é claramente semelhante.

12. O problema começa quando organização e doutrina passam a se misturar

Até esse ponto, poderíamos estar diante apenas de uma exportação administrativa.

Uma instituição brasileira possuía experiência federativa e ajudou outras instituições a se organizar.

Nada haveria de necessariamente problemático nisso.

A questão muda quando os elementos especificamente religiosos da tradição brasileira começam a acompanhar a estrutura administrativa.

É justamente aí que o artigo anterior sobre a atual *Revue Spirite* se conecta a esta investigação.

O CEI não divulgou somente Kardec.

Ele também difundiu literatura e comunicações ligadas ao universo mediúnico brasileiro.

E alguns exemplos são particularmente reveladores.

13. Ismael atravessa a fronteira brasileira

Em 2019, após reunião do Conselho Federativo Nacional da FEB, uma mensagem atribuída a Bezerra de Menezes foi recebida psicofonicamente por Divaldo Franco.

O texto foi divulgado pelo Conselho Espírita Internacional.

Nele aparece novamente a ideia de que o Brasil possuiria uma missão confiada por Jesus a Ismael.

Essa narrativa é profundamente brasileira.

Ela não provém da investigação realizada por Kardec na França.

Não nasceu da concordância universal de comunicações obtidas independentemente em diversos países.

Está ligada historicamente à tradição que se desenvolveu no ambiente da Federação Espírita Brasileira.

Quando o organismo internacional passa a publicar esse tipo de mensagem, ocorre algo muito significativo:

uma crença produzida dentro da história particular do movimento brasileiro ganha circulação através de uma instituição que se apresenta como representação mundial do Espiritismo.

É assim que uma tradição local pode adquirir aparência universal.

14. Até os "desencarnados do CEI" aparecem na narrativa institucional

Outro episódio é ainda mais expressivo.

Na Assembleia Geral do CEI realizada na Cidade do México em outubro de 2019, foi divulgada uma mensagem psicográfica atribuída a **Nestor João Masotti e à "equipe dos membros desencarnados do CEI"**, recebida por Marta Antunes de Moura. O próprio site do CEI publicou a comunicação junto ao relato da

assembleia.

A expressão merece atenção:

“membros desencarnados do CEI”.

O Conselho deixa de aparecer apenas como associação administrativa constituída por instituições encarnadas.

Surge, paralelamente, uma representação espiritual da própria organização.

Isso é extremamente característico do imaginário religioso que se desenvolveu em setores do Espiritismo brasileiro: instituições terrenas acompanhadas por supostas estruturas espirituais correspondentes, dirigentes encarnados auxiliados por dirigentes desencarnados, missões institucionais confirmadas através da mediunidade.

O problema metodológico é o mesmo analisado no artigo anterior.

Não basta dizer que determinado dirigente desencarnado enviou uma mensagem.

É preciso demonstrar por quais critérios sua identidade foi estabelecida e que estatuto aquela comunicação possui.

15. A *Revue Spirite* entrou exatamente nesse ambiente

A situação se torna ainda mais delicada quando lembramos que o Conselho Espírita Internacional passou a administrar a própria *Revue Spirite*.

Documentos institucionais do CEI registram negociações entre o Conselho e a Union Spirite Française et Francophone envolvendo a revista e sua continuidade. Em documentação disponibilizada pelo próprio CEI aparece uma proposta de acordo relativa à *Revue Spirite*, apresentada conjuntamente pelo dirigente francês Roger Perez e pelo então secretário-geral do CEI, Nestor Masotti.

Esse ponto é essencial para compreender o artigo anterior.

A revista histórica de Kardec não chegou simplesmente ao século XXI por uma sucessão intelectual linear.

Ela passou por transformações institucionais e acabou inserida numa organização internacional que havia sido construída sob forte influência do modelo espírita brasileiro.

Essa organização, por sua vez, carregava consigo uma cultura doutrinária muito diferente daquela encontrada na França de Kardec.

16. A própria revista atual revela essa mistura

Na edição contemporânea da *Revue Spirite*, encontram-se Kardec, reflexões filosóficas, ciência, religião e referências oriundas da literatura mediúnica brasileira.

No número de julho de 2023, por exemplo, a revista se identifica formalmente como *Journal d'Études Psychologiques*, fundada por Allan Kardec, mas utiliza também referências posteriores como Francisco Cândido Xavier e Emmanuel.

Novamente, o problema não é citar Chico Xavier.

Ele faz parte da história do Espiritismo brasileiro e merece ser estudado.

A questão está em saber **com que estatuto suas obras são colocadas ao lado das fontes que deram origem à própria Doutrina Espírita**.

Essa distinção desaparece facilmente num ambiente cultural que, há décadas, acostumou-se a tratar autores espirituais brasileiros como extensões naturais da obra de Kardec.

Quando essa mesma cultura passa a administrar uma revista internacional que reivindica o legado histórico da *Revue Spirite*, a confusão ganha dimensão mundial.

17. A influência brasileira continua, mas o CEI não é simplesmente uma filial da FEB

É necessário evitar um exagero.

O CEI possui atualmente participação de instituições de numerosos países e dispõe de mecanismos próprios de decisão.

Em 2019, por exemplo, 22 países participaram com direito a voto em sua Assembleia Geral na Cidade do México. A escolha do local do Congresso Espírita Mundial de 2025 contou com candidaturas do Brasil, dos Estados Unidos e do Uruguai, tendo vencido a proposta uruguaia.

Isso demonstra que o CEI não funciona simplesmente como uma repartição subordinada à FEB.

Sua composição é efetivamente internacional.

A questão é outra.

Uma instituição pode ser juridicamente independente e ainda carregar profundamente a cultura de quem mais influenciou sua formação.

Aliás, isso é comum em processos de internacionalização.

A organização torna-se multinacional, enquanto categorias, métodos e pressupostos culturais do grupo fundador permanecem incorporados em sua estrutura.

18. Os dirigentes atuais também mostram uma rede transnacional complexa

A página institucional do CEI lista, para o triênio 2023–2025, uma Comissão Executiva formada por representantes de vários países. Entre eles estava Jussara Pretti Korngold, representando os Estados Unidos como secretária-geral, além de representantes de Portugal, Chile, Cuba, Guatemala e outros movimentos nacionais.

A própria trajetória de muitos participantes mostra, porém, como nacionalidade institucional e formação cultural nem sempre coincidem.

Há brasileiros ou pessoas formadas no ambiente espírita brasileiro atuando em organizações de outros países.

A diáspora brasileira ajudou a estabelecer centros e federações em vários lugares.

Assim, contar quantas bandeiras aparecem numa comissão não é suficiente para medir influência cultural.

Uma federação norte-americana pode ser institucionalmente dos Estados Unidos e, ainda assim, ter sido profundamente formada por brasileiros.

Uma associação europeia pode estar juridicamente estabelecida na Europa e utilizar bibliografia, palestrantes e métodos originados no Brasil.

É justamente por isso que Lewgoy fala em transnacionalização, e não simplesmente em expansão territorial.

19. O CEI é internacional; o modelo que o alimentou, porém, foi fortemente brasileiro

A formulação mais precisa parece ser esta:

o Conselho Espírita Internacional é uma organização internacional real, composta por instituições de diversos países, mas sua formação ocorreu durante um período de acentuada hegemonia organizacional do Espiritismo brasileiro.

Essa hegemonia permitiu que o modelo federativo da FEB, sua literatura e parte de seu universo simbólico adquirissem uma presença internacional que ultrapassava muito o peso demográfico dos movimentos espíritas de outras nações.

Lewgoy chega a falar explicitamente em participação hegemônica do kardecismo brasileiro na organização internacional do movimento.

A palavra é forte, mas não foi empregada por um polemista do movimento.

Foi utilizada numa análise acadêmica.

20. O ponto mais delicado: quando “internacional” passa a significar “universal”

Aqui está talvez a consequência mais importante.

Uma organização possuir representantes de diversos países não transforma automaticamente suas crenças em princípios universais do Espiritismo.

Essa confusão precisa ser evitada.

Uma mensagem pode circular por vinte países e ainda continuar sendo uma mensagem particular.

Um livro pode ser traduzido para quinze idiomas e continuar contendo a opinião de um único Espírito.

Uma instituição internacional pode adotar determinada narrativa e isso ainda não equivaler ao Controle Universal do Ensino dos Espíritos.

Esse cuidado é fundamental porque a própria existência do CEI pode produzir um efeito psicológico de legitimação.

Se algo aparece no **Conselho Espírita Internacional**, pode parecer que “o movimento espírita mundial” reconhece aquilo.

Mas representação administrativa não é comprovação doutrinária.

Kardec jamais estabeleceu que uma assembleia de federações pudesse substituir o exame dos fatos.

21. O problema da *Revue Spirite* torna-se então mais fácil de compreender

É nesse contexto que o artigo anterior deve ser lido.

A atual *Revue Spirite* não surgiu simplesmente como uma revista isolada que, por acaso, passou a publicar elementos do Espiritismo brasileiro.

Ela está inserida numa história institucional muito maior.

O movimento francês perdeu centralidade.

O brasileiro cresceu enormemente.

A FEB desenvolveu uma poderosa estrutura federativa.

Essa estrutura participou da criação e consolidação do CEI.

Dirigentes transitaram entre FEB e CEI.

A organização internacional operou durante períodos a partir do mesmo endereço da Federação brasileira — e o site do CEI ainda hoje indica o SGAN 603, Conjunto F, em Brasília, que é também a sede da FEB.

A literatura brasileira foi internacionalizada.

O conceito federativo de unificação foi internacionalizado.

Autores espirituais brasileiros foram internacionalizados.

Narrativas como a de Ismael chegaram ao próprio CEI.

Por fim, a *Revue Spirite* passou para a esfera dessa organização.

Vista assim, a situação deixa de parecer uma coincidência editorial.

Ela é consequência de um processo histórico.

22. A questão não é expulsar o Brasil do Espiritismo internacional

Seria absurdo concluir que, por ser brasileira, determinada contribuição deva ser rejeitada.

O Brasil produziu uma história espírita riquíssima, grandes pesquisadores, médiuns, escritores, instituições e enorme quantidade de documentação.

A origem nacional de uma ideia não determina sua verdade.

A crítica necessária é outra.

Da mesma maneira que uma teoria francesa não se torna verdadeira porque surgiu no país de Kardec, **uma crença brasileira não se torna universal porque foi incorporada por uma organização internacional**.

Tudo deve passar pelo mesmo exame.

Se uma informação atribuída a Emmanuel estiver correta, poderá ser confirmada pelos fatos.

Se uma afirmação de André Luiz descrever realmente uma lei espiritual, ela deverá resistir à investigação.

Se a missão de Ismael for uma realidade objetiva, não dependerá da autoridade da FEB para existir.

E se Roustaing estiver correto sobre determinado ponto, também deverá ser possível demonstrá-lo sem recorrer ao prestígio de qualquer instituição.

Essa simetria é indispensável.

Conclusão

O Conselho Espírita Internacional não pode ser compreendido apenas pela palavra “internacional” contida em seu nome.

Sua história está profundamente relacionada à expansão mundial do Espiritismo brasileiro nas últimas décadas do século XX.

A FEB possuía estrutura, recursos, experiência federativa e produção editorial num grau incomparavelmente superior ao de grande parte dos movimentos espíritas nacionais quando o CEI começou a ser organizado.

Seus dirigentes participaram diretamente desse processo.

Nestor Masotti simboliza essa ligação ao ter exercido papéis centrais tanto na FEB quanto no CEI.

O mesmo endereço em Brasília utilizado pelas duas organizações materializa uma

proximidade que já existia na formação institucional.

A pesquisa acadêmica de Bernardo Lewgoy ajuda a compreender o fenômeno em termos mais amplos: não ocorreu apenas uma internacionalização do Espiritismo, mas uma **transnacionalização do Espiritismo brasileiro**, acompanhada da exportação do modelo federativo da FEB, de suas práticas e de seu patrimônio bibliográfico.

É nesse ambiente que a atual *Revue Spirite* precisa ser situada.

Ao passar para a esfera do CEI, a revista fundada por Kardec entrou numa organização internacional já profundamente marcada pela cultura espírita brasileira.

Por isso encontramos, lado a lado, o nome de Allan Kardec, a reivindicação do histórico *Journal d'Études Psychologiques*, literatura psicográfica brasileira, mensagens atribuídas a dirigentes espirituais e até a continuidade da narrativa de Ismael.

O ponto decisivo não é negar ao Brasil o direito de contribuir para o Espiritismo mundial.

É impedir que **hegemonia institucional seja confundida com universalidade doutrinária**.

Uma federação pode tornar uma ideia popular.

Uma editora pode imprimir milhões de exemplares.

Um médium pode falar para milhares de pessoas em dezenas de países.

Um conselho internacional pode difundir uma mensagem pelo mundo inteiro.

Nada disso substitui o método.

E justamente esse é o elo entre este estudo e o artigo anterior: quanto mais internacional se torna uma instituição que reivindica representar o Espiritismo, **maior deveria ser seu compromisso em distinguir tradição cultural, autoridade institucional e conhecimento efetivamente demonstrado**.

Foi para realizar essa distinção que Kardec criou instrumentos como a crítica

racional, a comparação independente e o controle universal.

Sem eles, o que se internacionaliza não é necessariamente o Espiritismo.

Pode ser apenas uma tradição particular que adquiriu alcance mundial.

Referências bibliográficas

CONSELHO ESPÍRITA INTERNACIONAL. “Missão do Conselho Espírita Internacional”. O CEI informa ter sido fundado em 28 de novembro de 1992, em Madri, como associação de instituições nacionais de unificação espírita.

CONSELHO ESPÍRITA INTERNACIONAL. “Members”. Página institucional que descreve a composição do CEI, sua Assembleia Geral, Comissão Executiva e Conselho Fiscal, além da Comissão Executiva indicada para o triênio 2023–2025.

CONSELHO ESPÍRITA INTERNACIONAL. “Assembleia Geral do Conselho Espírita Internacional”, 2019. Registro da reunião realizada na Cidade do México, da participação de 22 países, da eleição da Comissão Executiva e da mensagem atribuída a Nestor João Masotti e à “equipe dos membros desencarnados do CEI”.

CONSELHO ESPÍRITA INTERNACIONAL. Site institucional. O endereço divulgado pelo CEI é Av. L2 Norte, Q. 603, Conjunto F, SGAN, Brasília – DF.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA. Documentação institucional e editorial. A FEB informa sua sede no SGAN 603, Conjunto F, Avenida L2 Norte, Brasília – DF.

CONSELHO ESPÍRITA INTERNACIONAL; UNION SPIRITE FRANÇAISE ET FRANCOPHONE. Documentação relativa à *Revue Spirite*. Registra proposta apresentada por Roger Perez e Nestor Masotti acerca da continuidade e administração da publicação.

LEWGOY, Bernardo. “A transnacionalização do espiritismo kardecista brasileiro: uma discussão inicial”. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 84–104, 2008. O autor analisa a influência da FEB e de Divaldo Franco na internacionalização do modelo espírita brasileiro e utiliza a noção de participação

hegemônica do kardecismo brasileiro na organização internacional do movimento.

CONSELHO ESPÍRITA INTERNACIONAL. *Revue Spirite – Journal d’Études Psychologiques*, ano 166, nº 12, julho de 2023. A edição se apresenta como continuidade nominal da revista fundada por Allan Kardec e é propriedade do CEI.

PIRES, J. Herculano; ABREU FILHO, Júlio. *O Verbo e a Carne: duas análises do roustainguismo*. São Paulo: Paidéia. Obra relevante para compreender as divergências históricas entre o modelo kardeciano de exame doutrinário e a tradição roustainguista difundida em setores do movimento federativo brasileiro.

GARCIA, Wilson. *Ponto Final: o reencontro do Espiritismo com Allan Kardec*. Capivari: EME, 2020. Estudo sobre a implantação e desenvolvimento do roustainguismo brasileiro e suas relações com a história institucional do movimento.

A Revista Espírita (Revue Spirite), do Conselho Espírita Internacional, é uma afronta ao trabalho de Kardec

Quando Allan Kardec publicou, em janeiro de 1858, o primeiro número da *Revue Spirite – Journal d’Études Psychologiques*, não estava simplesmente criando uma revista para divulgar mensagens de Espíritos ou oferecer textos de edificação moral. A publicação nasceu como parte integrante do desenvolvimento experimental do Espiritismo. Ali se examinavam fenômenos, confrontavam-se comunicações, registravam-se casos, discutiam-se hipóteses e, sobretudo, colocavam-se as ideias provenientes dos Espíritos diante da razão, da observação e da comparação.

Mais de um século e meio depois, o Conselho Espírita Internacional — CEI — publica uma revista que conserva não apenas o nome *Revue Spirite*, mas também o subtítulo histórico *Journal d'Études Psychologiques* e a indicação de que foi fundada por Allan Kardec em 1º de janeiro de 1858. Na edição de julho de 2023, a publicação declara expressamente ser propriedade do CEI e traz como editora a Federação Espírita Portuguesa.

Para entender a história da formação do CEI, leia nosso artigo "O Conselho Espírita Internacional e a internacionalização do modelo federativo brasileiro".

O problema começa justamente aí. Não porque alguém esteja impedido de utilizar uma publicação contemporânea para falar de Espiritismo, religião ou mediunidade, mas porque a evocação direta do nome e da história da revista de Kardec estabelece uma responsabilidade intelectual: **não basta conservar a aparência da antiga *Revue Spirite*; é preciso demonstrar fidelidade ao método que lhe dava sentido.**

E é nesse ponto que a distância se torna evidente.

1. O que fazia da *Revue Spirite* de Kardec algo diferente

Kardec jamais estabeleceu a autoridade da Doutrina Espírita sobre o prestígio de médiuns ou sobre a assinatura atribuída a determinado Espírito. Essa distinção é fundamental para compreender seu trabalho e, ao mesmo tempo, para perceber boa parte dos problemas que se desenvolveram posteriormente no movimento espírita.

Na introdução de *O Evangelho segundo o Espiritismo*, ao discutir a autoridade do ensino dos Espíritos, Kardec estabelece a razão como primeiro instrumento de controle. Não é suficiente que uma informação seja recebida mediunicamente. Tampouco basta que ela venha assinada por um nome respeitado.

O problema era bastante conhecido por ele. Espíritos poderiam apresentar opiniões próprias, reproduzir conhecimentos ou preconceitos humanos e até utilizar nomes venerados para conferir peso às suas mensagens. Por isso, a identidade anunciada pelo comunicante nunca poderia substituir o exame daquilo que ele dizia.

Kardec resumiu o princípio de forma muito clara:

> *“O primeiro controle é, incontestavelmente, o da razão.”*

A frase é pequena; sua consequência é enorme.

Nenhuma comunicação fica dispensada desse controle.

Isso vale para uma mensagem atribuída a Santo Agostinho, São Luís ou Erasto no século XIX. Vale igualmente para mensagens atribuídas a Bezerra de Menezes, Emmanuel, André Luiz, Ismael ou ao próprio Allan Kardec nos séculos XX e XXI.

O nome pode justificar interesse pelo documento. **Não pode servir como certificado de verdade.**

2. O controle universal não é uma votação entre Espíritos

Kardec também compreendeu que o julgamento individual possui limites. Alguém pode considerar perfeitamente racional uma ideia que, na realidade, apenas confirma suas próprias convicções. Por isso, o exame racional não era o único mecanismo empregado por ele.

Para as questões que pudessem modificar ou ampliar os princípios do Espiritismo, Kardec exigia concordância obtida através de fontes independentes. Não bastava perguntar a vários Espíritos no mesmo grupo; tampouco bastava que diferentes médiuns, inseridos no mesmo ambiente intelectual e sujeitos às mesmas influências, repetissem a mesma concepção.

A universalidade estava justamente na independência das fontes.

Foi esse mecanismo que posteriormente passou a ser conhecido como Controle Universal do Ensino dos Espíritos. Não significa que uma proposição se torne verdadeira porque muitos Espíritos a disseram. Significa que uma revelação que se pretenda geral não pode depender da autoridade de uma pessoa, de um médium, de um grupo ou de uma tradição localizada.

Essa precaução é ainda mais importante quando a informação recebida interessa

diretamente à instituição que a publica.

Imagine-se, por exemplo, uma comunicação que afirme que determinado grupo possui uma missão especial, que determinado Espírito é responsável pela condução daquele movimento ou que uma instituição ocupa posição providencial no desenvolvimento do Espiritismo. Quanto mais conveniente for a mensagem para quem a recebe, **maior deveria ser o cuidado com sua verificação**, e não o contrário.

Foi exatamente para evitar esse tipo de circularidade que Kardec retirou do médium e do Espírito individual a condição de árbitros da Doutrina.

3. Roustaing é um exemplo histórico de como esse método deveria funcionar

O caso de Jean-Baptiste Roustaing é especialmente instrutivo porque Kardec teve contato direto com sua obra.

Quando *Os Quatro Evangelhos* apareceu em 1866, Kardec não reagiu simplesmente rejeitando tudo aquilo que Roustaing havia publicado. Reconheceu pontos compatíveis com conhecimentos já admitidos pelo Espiritismo e examinou as ideias apresentadas.

Entretanto, quando chegou às teorias novas — justamente aquilo que poderia representar uma ampliação da doutrina — adotou posição muito diferente.

As explicações oferecidas pelos Espíritos ligados ao trabalho de Roustaing deveriam permanecer no campo das **opiniões pessoais**, enquanto não recebessem uma confirmação mais ampla. Kardec não concedeu àquelas comunicações o estatuto de nova revelação doutrinária apenas porque os comunicantes afirmavam possuir elevada identidade espiritual.

Essa atitude é decisiva.

Não se tratava de decidir se Roustaing era uma pessoa sincera. Não se tratava sequer de demonstrar imediatamente que todos os Espíritos que se comunicavam com ele estavam errados. A questão vinha antes: **com que direito uma revelação particular poderia ser incorporada ao Espiritismo sem passar**

pelo processo de controle aplicado às demais?

Herculano Pires, ao estudar décadas mais tarde a implantação do roustainguismo no Brasil, retomou exatamente esse aspecto. Em *O Verbo e a Carne*, registra que a Federação Espírita Brasileira sustentou durante longo período a ideia de Roustaing como complemento de Kardec, a chamada "revelação da revelação".

Ao discutir o Pacto Áureo e as divergências provocadas pelo roustainguismo, Herculano recusou a solução conveniente do silêncio. Para ele, era necessário voltar aos textos, submetê-los ao exame objetivo e colocá-los, como dizia, no "crivo da razão".

Sua análise do próprio processo de produção de *Os Quatro Evangelhos* vai além. Roustaing dizia ter recebido manifestações de personagens como João Batista, Pedro e os evangelistas. Para Herculano, entretanto, a grandiosidade dos nomes não resolvia o problema; permanecia faltando justamente aquilo que Kardec havia exigido: método, verificação e consenso independente.

É possível concordar ou discordar das conclusões particulares de Herculano. O procedimento adotado, porém, é reconhecível: **não se pergunta primeiro quem assinou a mensagem, mas o que ela afirma e como essa afirmação pode ser sustentada.**

4. Quando a autoridade do nome volta pela porta dos fundos

A atual *Revue Spirite* do CEI apresenta uma estrutura que, à primeira vista, parece preservar a pluralidade característica do projeto original. A edição de julho de 2023 possui seções denominadas "Espiritismo e Ciência", "Espiritismo e Filosofia", "Espiritismo e Religião", "Revisitando a Revista", "Plano Histórico" e "Espiritismo e Sociedade".

Mas há também uma seção particularmente significativa: **"Palestras Familiares de Além-túmulo Hoje"**. Entre os colaboradores listados no próprio sumário aparece inclusive "Espírito Carlos".

Nada disso seria, por si só, contrário ao trabalho de Kardec.

A revista original publicou incontáveis comunicações mediúnicas. Publicar uma mensagem não é o problema. O problema aparece quando se perde a fronteira entre **publicar uma comunicação como documento para exame** e **utilizá-la como fonte autorizada de conhecimento**.

Essa diferença parece pequena, mas altera tudo.

Na ciência espírita praticada por Kardec, receber uma mensagem constituía o início da investigação. No modelo religioso que se consolidou posteriormente em parte considerável do movimento brasileiro, frequentemente parece ocorrer o inverso: a comunicação atribuída ao Espírito prestigiado encerra a discussão.

“Bezerra disse.”

“Emmanuel explicou.”

“Ismael determinou.”

A fórmula já contém sua própria validação. O argumento deixa de estar no conteúdo e passa para a identidade atribuída ao comunicante.

É precisamente o tipo de autoridade que o método de Kardec procurava neutralizar.

5. Ismael não pertence apenas ao passado da FEB

Poder-se-ia argumentar que a tradição de Ismael, de Roustaing e da missão espiritual brasileira pertence a uma fase antiga da Federação Espírita Brasileira e que não seria correto projetá-la automaticamente sobre o Conselho Espírita Internacional.

Há, entretanto, documentação contemporânea que impede uma separação tão simples.

Em novembro de 2019, durante o encerramento de uma reunião do Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira, Divaldo Pereira Franco transmitiu psicofonicamente uma mensagem atribuída ao Espírito Bezerra de Menezes. O texto foi posteriormente publicado no site oficial do Conselho Espírita

Internacional.

A mensagem afirma que o Brasil permanece chamado a desempenhar uma missão que teria sido confiada a Ismael pelo próprio Jesus. O site do CEI ainda acrescenta que o texto teria sido **“revisado pelo autor espiritual”**.

Essa pequena observação editorial merece muito mais atenção do que normalmente recebe.

Dizer que uma mensagem foi revisada pelo “autor espiritual” pressupõe que se reconheceu novamente a identidade do comunicante. Como se chegou a essa conclusão? Houve comunicação através do mesmo médium? De outro? Que elementos permitiram excluir uma interferência diferente? Como se determinou que o revisor era precisamente o mesmo Espírito que teria produzido a mensagem anterior?

Não é necessário negar a possibilidade da comunicação para perceber o problema. Pelo contrário: **é justamente admitindo seriamente a mediunidade que essas perguntas se tornam necessárias.**

Kardec dedicou páginas inteiras de *O Livro dos Médiuns* ao problema da identidade dos Espíritos. A comunicação mediúnica não se transforma em conhecimento apenas porque o médium ou os participantes de uma reunião reconheceram determinado estilo ou aceitaram uma assinatura.

Quando um órgão que reivindica a continuidade da *Revue Spirite* publica como fato que determinado texto foi “revisado pelo autor espiritual”, mas não apresenta ao leitor os elementos pelos quais essa identidade foi estabelecida, abandona justamente a prudência metodológica que caracterizava Kardec.

6. A missão do Brasil e a criação de uma história sagrada

A comunicação de 2019 é ainda mais significativa por aquilo que afirma sobre Ismael.

Segundo essa tradição, o Brasil possuiria uma missão espiritual particular, confiada por Jesus a esse Espírito. Trata-se do mesmo universo narrativo

difundido por *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*, obra psicografada por Francisco Cândido Xavier e atribuída a Humberto de Campos.

O problema histórico dessa narrativa já foi discutido inúmeras vezes. Entre seus elementos mais controversos encontra-se a tentativa de inserir Roustaing numa espécie de planejamento espiritual da formação do Espiritismo, apresentando-o como alguém encarregado de colaborar com Kardec.

Essa versão chegou ao material de estudo da FEB. Em edição do ESDE citada em artigo do *O Legado de Allan Kardec*, Roustaing aparecia ao lado de Léon Denis, Gabriel Delanne e Camille Flammarion como um dos personagens destinados a auxiliar o desenvolvimento da obra. Em revisão posterior do material, seu nome foi retirado da passagem reproduzida.

O fato é relevante porque o próprio Kardec não conferiu às ideias novas de Roustaing o estatuto que essa narrativa posterior lhe atribuiu.

Herculano Pires registra ainda outro elemento histórico importante: o Pacto Áureo produziu, segundo sua interpretação, uma "cortina de silêncio" sobre o problema roustainguista, até que a própria FEB voltou a promover *Os Quatro Evangelhos* no início da década de 1970.

Wilson Garcia retomou posteriormente parte dessa história em *Ponto Final – O reencontro do Espiritismo com Allan Kardec*. Na apresentação da obra, Paulo Henrique de Figueiredo recorda o trabalho de autores que enfrentaram o roustainguismo no século XX e reproduz a crítica severa de Herculano ao "Cristo agênere", entendido por ele como uma regressão mitológica.

A questão, portanto, não é simplesmente saber se alguém "gosta" ou "não gosta" de Roustaing.

Existe uma divergência de método.

Kardec encontra uma obra mediúnica que pretende trazer novas revelações e suspende o reconhecimento doutrinário de suas novidades.

A tradição febiana posterior coloca seu autor dentro de uma narrativa providencial.

São operações intelectuais muito diferentes.

7. O problema do corpo fluídico de Jesus

Entre as teses mais conhecidas de Roustaing está a concepção do chamado corpo fluídico de Jesus.

O Verbo e a Carne, de Herculano Pires e Júlio Abreu Filho, dedica parte considerável de sua análise exatamente a essa questão. O próprio sumário da obra reserva capítulos ao "corpo fluídico de Jesus", às "repetições e retrocesso", à reencarnação, à metempsicose e aos erros doutrinários atribuídos ao sistema roustainguista.

A tese possui evidente parentesco conceitual com formas antigas de docetismo cristão, nas quais a realidade carnal de Jesus era enfraquecida em favor de uma corporeidade aparente. Isso ajuda a compreender por que críticos do roustainguismo recorreram também às epístolas joaninas, especialmente 1 João 4:1-3 e 2 João 1:7, que insistem na vinda de Jesus "em carne".

Não é necessário dizer que aqueles textos bíblicos foram escritos "contra Roustaing", o que seria historicamente absurdo. O ponto é outro: **uma doutrina apresentada no século XIX como desenvolvimento espiritual superior termina reproduzindo um problema cristológico antiquíssimo.**

Para Herculano, essa não era uma questão secundária. Em sua análise, a concepção agênere comprometia a coerência do sistema e reintroduzia elementos mitológicos justamente onde o Espiritismo se propunha a buscar explicações naturais.

8. A institucionalização de uma revelação particular

Há ainda uma característica da narrativa de Ismael que merece atenção especial.

O artigo "O falso 'Allan Kardec', a FEB e a unificação sob Ismael" examina uma comunicação atribuída ao próprio Kardec, produzida no ambiente do Grupo Sayão. Nela aparecem ideias como "revelação da revelação", missão especial do Brasil, direção de Ismael e necessidade de convergência do movimento sob determinado núcleo.

Independentemente da conclusão que se tire acerca da identidade do comunicante, existe um problema objetivo: tais ideias favorecem diretamente um modelo de centralização espiritual e institucional.

Kardec, ao contrário, não propôs uma Igreja Espírita centralizada. Sua preocupação com unidade dizia respeito sobretudo aos princípios e ao método. Ele chegou a considerar preferível a existência de muitos grupos relativamente pequenos a uma única organização que concentrasse autoridade sobre os demais.

Essa diferença ajuda a explicar por que a questão de Ismael não pode ser tratada como simples detalhe folclórico do Espiritismo brasileiro.

Ao dizer que determinado Espírito dirige uma missão nacional, que uma instituição participa dessa missão e que comunicações produzidas dentro desse mesmo ambiente confirmam a autoridade espiritual que o sustenta, cria-se um sistema de validação circular.

A comunicação legitima a instituição.

A instituição publica a comunicação.

A repetição histórica transforma a comunicação em tradição.

A tradição passa a ser citada como confirmação.

É exatamente nesse ponto que o controle independente concebido por Kardec perde sua função.

9. Uma comunicação mediúnica pode ser importante sem ser verdadeira

Esse talvez seja um dos aspectos mais esquecidos do método espírita.

Uma comunicação não precisa ser verdadeira para ser digna de estudo.

Ela pode revelar a opinião do Espírito que a produziu. Pode mostrar os limites intelectuais do médium. Pode trazer elementos corretos misturados a concepções falsas. Pode refletir o ambiente cultural em que surgiu. Pode até constituir material psicologicamente interessante sem possuir qualquer autoridade

doutrinária.

Kardec sabia disso.

Por essa razão, a *Revue Spirite* não deve ser confundida com uma coleção de pronunciamentos oficiais do mundo espiritual. Ela era, entre outras coisas, um arquivo de materiais submetidos à investigação.

Essa distinção é indispensável para ler a própria produção mediúnica.

Uma mensagem atribuída a Bezerra de Menezes pode ser estudada.

Uma mensagem atribuída a Allan Kardec pode ser estudada.

Uma mensagem atribuída a Humberto de Campos pode ser estudada.

Mas nenhuma delas adquire imunidade crítica porque carrega um desses nomes.

Aliás, quanto maior a autoridade atribuída ao nome, maior deveria ser a vigilância, porque maior será também a capacidade da mensagem de influenciar milhares de pessoas.

10. A *Revue Spirite* contemporânea e o deslocamento do problema

A edição de julho de 2023 da revista do CEI declara que trabalha com abordagens que privilegiam as vertentes "científica, filosófica e religiosa da Doutrina Espírita". Entre suas referências aparecem não apenas Kardec, mas também obras psicográficas posteriores, inclusive de Francisco Cândido Xavier e Emmanuel.

Nada impede que esses autores sejam estudados.

O problema aparece quando as diferenças de estatuto entre as fontes deixam de ser explicitadas.

Uma resposta de *O Livro dos Espíritos*, uma teoria construída por Kardec após comparação de observações, uma comunicação isolada do século XIX e uma psicografia brasileira do século XX não ocupam automaticamente o mesmo nível de evidência.

Misturá-las numa mesma cultura doutrinária sem esclarecer como cada afirmação foi estabelecida produz uma falsa impressão de continuidade.

É assim que conceitos desconhecidos da investigação original de Kardec podem, depois de décadas de repetição editorial e institucional, adquirir aparência de elementos constitutivos do Espiritismo.

Não é necessário que alguém declare formalmente: “isto agora é dogma”.

A tradição faz esse trabalho silenciosamente.

11. Progresso não significa acumulação de revelações

Existe uma objeção previsível: Kardec afirmou que o Espiritismo deveria acompanhar o progresso.

Isso é verdade.

Em *A Gênese*, ele escreveu que, caso novas descobertas demonstrassem erro em algum ponto, o Espiritismo deveria modificar-se; diante de uma nova verdade demonstrada, deveria aceitá-la.

Essa abertura não transforma, porém, qualquer novidade mediúnica em progresso.

Há uma diferença profunda entre **progresso do conhecimento** e **acumulação de literatura espiritualista**.

Wilson Garcia recorda essa dimensão progressiva no prólogo de *Ponto Final*: fidelidade aos princípios de Kardec não deveria significar imobilismo, mas capacidade de revisão diante de descobertas efetivamente estabelecidas.

A palavra decisiva aqui é demonstração.

Se amanhã determinado princípio presente nas obras de Kardec for efetivamente refutado por fatos melhor estabelecidos, deverá ser revisto.

Mas o contrário também é verdadeiro: uma ideia surgida depois de 1869 não se torna superior simplesmente porque é posterior.

Psicografia não é sinônimo de progresso.

Novidade não é sinônimo de descoberta.

Repetição não é comprovação.

Tradição não é controle universal.

12. O problema não está na mediunidade, mas na ausência de exame

É importante insistir nesse ponto porque a crítica pode ser facilmente deturpada.

Não se está propondo eliminar comunicações mediúnicas das publicações espíritas. Isso seria completamente estranho ao trabalho de Kardec.

Também não se pretende reduzir o Espiritismo a uma filosofia abstrata, afastada dos fenômenos que lhe deram origem.

O problema é justamente o inverso.

Levar a mediunidade a sério exige examiná-la.

Uma mensagem mediúnica não deveria receber menos rigor porque trata de assuntos espirituais. Deveria receber mais, porque sua fonte não pode ser diretamente interrogada pelos mesmos procedimentos utilizados para verificar um documento ordinário.

A identidade do comunicante precisa ser examinada.

O conteúdo precisa ser confrontado.

As contradições precisam ser expostas.

As condições de produção precisam ser registradas.

Novos princípios precisam encontrar confirmações independentes.

E deve permanecer sempre aberta a possibilidade de erro.

Sem isso, a mediunidade deixa de integrar uma investigação e retorna ao velho

modelo da revelação religiosa: alguém fala em nome do invisível e os demais recebem.

Foi justamente desse mecanismo que Kardec procurou afastar o Espiritismo.

13. O nome *Revue Spirite* não transmite o método por herança

A atual publicação do Conselho Espírita Internacional possui juridicamente sua marca, sua direção editorial e sua própria linha de trabalho. Isso não está em discussão.

A questão levantada aqui é intelectual.

Na edição de 2023, o próprio expediente proclama a ligação histórica:

> *Revue Spirite – Journal d'Études Psychologiques – Fondée par Allan Kardec le 1er janvier 1858.*

Ao lado dessa identificação aparece: "Propriedade do Conselho Espírita Internacional (CEI)".

A proximidade gráfica entre as duas afirmações torna inevitável a associação histórica.

Mas uma tradição científica ou filosófica não é transmitida pela propriedade de um título.

O que permitia a Kardec publicar uma comunicação atribuída a um Espírito e, logo depois, questioná-la era exatamente sua recusa em converter o nome espiritual em argumento de autoridade.

O que lhe permitiu examinar Roustaing sem aceitar automaticamente sua chamada "revelação da revelação" foi o mesmo princípio.

O que o autorizava a admitir a possibilidade de corrigir o próprio Espiritismo diante de novos fatos era, outra vez, o mesmo compromisso.

A unidade está no método.

Sem ele, conserva-se apenas a embalagem.

14. Uma revista pode chamar-se *Revue Spirite* e já não fazer aquilo que Kardec fazia

É por essa razão que considero a utilização contemporânea do título uma afronta ao trabalho de Kardec.

Não porque toda a revista seja destituída de valor. Ela contém artigos, estudos históricos e reflexões que podem perfeitamente merecer leitura e discussão. Fazer uma crítica metodológica séria exige inclusive evitar a caricatura de que absolutamente tudo o que o CEI publica seria falso.

A questão é mais profunda.

Uma publicação que reivindica tão diretamente a herança da revista fundada por Kardec deveria ser especialmente cuidadosa ao separar **documentação mediúnica de conhecimento estabelecido**, tradição institucional de história demonstrada e autoridade espiritual alegada de comprovação.

Isso se torna ainda mais necessário quando o próprio CEI continua divulgando uma mensagem em que Bezerra de Menezes, por intermédio de Divaldo Franco, reafirma em pleno século XXI a missão do Brasil confiada a Ismael — uma narrativa profundamente ligada à tradição religiosa construída em torno da FEB.

Não se resolve esse problema dizendo que a mensagem é bonita, consoladora ou atribuída a um Espírito respeitado.

Kardec ensinou justamente a não proceder assim.

O exame começa onde termina a reverência ao nome.

15. Retomar Kardec não significa

congelar o Espiritismo em 1869

A saída também não está em transformar Kardec em outra autoridade infalível.

Seria contraditório combater o dogmatismo dos sucessores criando um dogmatismo em torno do fundador.

O valor do trabalho de Kardec está, em grande medida, no procedimento que tornou possível inclusive ultrapassar suas próprias conclusões quando os fatos exigissem.

Uma ciência que não possa corrigir seus resultados não é ciência.

Mas uma doutrina em que cada nova psicografia possa acrescentar cosmologias, missões nacionais, autoridades espirituais, revelações complementares e interpretações particulares sem apresentar demonstração também deixou de funcionar como ciência.

Entre o imobilismo e a credulidade existe o caminho que Kardec tentou percorrer: observação, comparação, crítica, prudência e revisão.

Foi isso que permitiu à antiga *Revue Spirite* servir de laboratório para o Espiritismo.

Conclusão

O problema da atual *Revue Spirite* não está no papel, no logotipo nem no direito de utilizar determinado título. Tampouco está simplesmente na existência de textos religiosos ou de comunicações mediúnicas em suas páginas.

Está no significado atribuído a esse nome.

A *Revue Spirite* de Allan Kardec participou da construção de uma ciência de observação. As comunicações eram matéria-prima, não escrituras sagradas. Os Espíritos eram interlocutores, não autoridades infalíveis. Seus nomes não dispensavam exame. Uma revelação particular não se convertia automaticamente em doutrina.

Foi esse procedimento que permitiu a Kardec manter reservas diante das

novidades de Roustaing.

Foi a ausência desse mesmo cuidado que possibilitou, no Brasil, a consolidação de uma tradição na qual Roustaing pôde ser apresentado como colaborador providencial de Kardec e Ismael transformado em dirigente espiritual de uma missão nacional.

Décadas depois, o problema não desapareceu. O CEI ainda conserva e divulga uma mensagem na qual essa missão de Ismael é reafirmada; a própria *Revue Spirite* contemporânea publica comunicações espirituais e incorpora referências provenientes da tradição mediúnica brasileira.

Nada disso precisa ser proibido ou silenciado.

Precisa ser examinado.

Se uma comunicação atribuída a Bezerra de Menezes diz que Jesus confiou uma missão brasileira a Ismael, o problema espírita não termina quando se identifica o médium que a recebeu. **É justamente ali que começa.**

Por quais meios isso foi estabelecido?

Que controles independentes o confirmam?

Como se determinou a identidade do comunicante?

Que elementos permitem separar uma realidade espiritual de uma tradição cultural formada durante mais de um século?

A *Revue Spirite* de Kardec existia para perguntas dessa natureza.

Uma publicação que conserve seu nome, mas deixe essas perguntas em segundo plano enquanto reproduz as respostas fornecidas pela tradição, pode preservar a continuidade editorial. Não preserva, por isso, a continuidade epistemológica.

E é nesse sentido que a atual *Revue Spirite*, do Conselho Espírita Internacional, constitui uma afronta ao trabalho de Allan Kardec: **não por falar dos Espíritos, mas por utilizar o nome da revista que ajudou a instituir seu exame crítico sem demonstrar, com o mesmo rigor, que esse exame continua sendo aplicado.**

Referências bibliográficas

KARDEC, Allan. *O Evangelho segundo o Espiritismo*. Introdução, item II — Autoridade da Doutrina Espírita e Controle Universal do Ensino dos Espíritos.

KARDEC, Allan. "Os Evangelhos explicados pelo Sr. Roustaing". *Revue Spirite – Journal d'Études Psychologiques*, junho de 1866. Nesse exame, Kardec distingue os princípios já confirmados das novas proposições da obra de Roustaing, que deveriam permanecer como opiniões dos Espíritos enquanto não recebessem confirmação suficiente.

KARDEC, Allan. *A Gênese, os Milagres e as Predições segundo o Espiritismo*. 1ª edição francesa, 1868, cap. I, item 55. Sobre o caráter progressivo do Espiritismo e sua obrigação de modificar-se diante de novas descobertas demonstradas.

KARDEC, Allan. *O Livro dos Médiuns*. Especialmente os capítulos relativos à identidade dos Espíritos, mistificações, contradições e meios de reconhecer a qualidade das comunicações.

PIRES, J. Herculano; ABREU FILHO, Júlio. *O Verbo e a Carne: duas análises do roustainguismo*. São Paulo: Paidéia, edição digital de 2020. A obra analisa as teses de Roustaing, o problema do corpo fluídico de Jesus, a implantação do roustainguismo no Brasil e sua relação histórica com a Federação Espírita Brasileira.

GARCIA, Wilson. *Ponto Final: o reencontro do Espiritismo com Allan Kardec*. Capivari: Editora EME, 2020. A obra recupera documentação e controvérsias históricas relacionadas a Roustaing, ao Grupo Sayão e ao desenvolvimento do roustainguismo brasileiro.

CONSELHO ESPÍRITA INTERNACIONAL. *Revue Spirite – Journal d'Études Psychologiques*. Ano 166, nº 12, julho de 2023. Publicação de propriedade do CEI, editada pela Federação Espírita Portuguesa.

CONSELHO ESPÍRITA INTERNACIONAL. "Mensagem 10 de novembro de 2019". Comunicação atribuída ao Espírito Bezerra de Menezes, transmitida

psicofonicamente por Divaldo Pereira Franco durante reunião do Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira. O texto divulgado pelo CEI reafirma a missão brasileira associada a Ismael.

DEGERING R JR., Paulo. "A FEB e sua contínua tentativa de manipular o Movimento Espírita". *Grupo de Estudos O Legado de Allan Kardec*, 2 maio 2025. O artigo documenta, entre outros pontos, alteração de trecho do material do ESDE no qual figurava anteriormente o nome de Roustaing.

DEGERING R JR., Paulo. "Roustaing, Ismael e 'Brasil, Coração do Mundo'". *Grupo de Estudos O Legado de Allan Kardec*. O artigo reúne elementos da controvérsia histórica acerca da presença de Roustaing na narrativa atribuída ao Espírito Humberto de Campos.

DEGERING R JR., Paulo. "O falso 'Allan Kardec', a FEB e a unificação sob Ismael". *Grupo de Estudos O Legado de Allan Kardec*. Estudo crítico de comunicação atribuída a Allan Kardec no ambiente do Grupo Sayão, com destaque para "revelação da revelação", Ismael e centralização institucional.

DEGERING R JR., Paulo. "As Sombras de Ismael no Movimento Febiano-Espírita". *Grupo de Estudos O Legado de Allan Kardec*. Análise da formação e permanência da tradição de Ismael no movimento federativo brasileiro.

Carma e dívidas espirituais: um confronto entre Joanna de Ângelis e a moral espírita de Allan Kardec

Expressões como "carma", "dívida espiritual", "resgate", "Lei de Causa e Efeito" e "compensação" tornaram-se tão comuns no movimento espírita brasileiro que muitas pessoas passaram a considerá-las componentes naturais da Doutrina Espírita. Repetidas durante décadas em palestras, estudos e obras mediúnicas, essas ideias acabaram adquirindo aparência de princípios doutrinários.

Mas repetição não é demonstração.

Quando algumas afirmações presentes nas obras atribuídas ao Espírito Joanna de Ângelis, psicografadas por Divaldo Pereira Franco, são confrontadas com a teoria da justiça divina estabelecida por Allan Kardec — sobretudo na primeira edição de *O Céu e o Inferno*, de 1865 — aparecem diferenças que não podem ser reduzidas a mera escolha de palavras.

Kardec admite consequências morais das faltas, expiação, reparação e relações entre diferentes existências. Portanto, seria incorreto afirmar simplesmente que toda referência a uma "dívida" ou a consequências de atos anteriores seja estranha ao Espiritismo.

A divergência começa quando essa responsabilidade moral é transformada numa espécie de **contabilidade espiritual**, na qual atos produzem débitos, determinados sofrimentos aparecem como instrumentos de compensação e boas ações funcionariam quase como créditos destinados a neutralizar um passivo acumulado.

É necessário distinguir essas duas concepções.

O carma apresentado em *O Ser Consciente*

Em *O Ser Consciente*, a ideia de carma não aparece apenas como uma palavra emprestada de outra tradição religiosa. O livro descreve um mecanismo:

> *"Esses quadros das ações morais geram as reações correspondentes, como leis de causa e efeito, propelindo a resgates idênticos aos danos e prejuízos produzidos."*

*(Joanna de Ângelis, **O Ser Consciente**, p. 48).*

Logo em seguida, esses efeitos são identificados expressamente como carma:

> *"Conhecidos esses efeitos como carma, também esse pode ser positivo e edificante conforme as realizações anteriores, que propiciem felicidade e paz."*

*(Joanna de Ângelis, **O Ser Consciente**, p. 48).*

A construção avança para uma espécie de mecanismo de compensação:

> *"As realizações morais geram energias positivas que anulam aquelas negativas, que propiciam o sofrimento de qualquer natureza."*

*(Joanna de Ângelis, **O Ser Consciente**, p. 48).*

Não se trata, portanto, apenas de utilizar "carma" como sinônimo informal de responsabilidade. Há uma estrutura definida: ações gerariam reações correspondentes, haveria "resgates idênticos", carmas positivos e negativos e até "energias positivas" capazes de anular "energias negativas".

No mesmo trecho, o chamado "carma negativo" é relacionado não apenas a problemas de saúde, mas também a culpa, timidez, medo, ansiedade, insegurança, baixa autoestima e diferentes complexos psicológicos.

A questão, portanto, não é se a expressão "carma" soa agradável ou desagradável. A questão científica é outra: **esse mecanismo foi estabelecido por Kardec como princípio da Doutrina Espírita?**

"Dívida moral" e "cobradores espirituais" em *Triunfo Pessoal*

Em *Triunfo Pessoal*, a palavra carma nem sequer é necessária para que uma estrutura semelhante apareça.

Ao tratar do transtorno obsessivo-compulsivo, a obra relaciona determinados desencadeadores psicológicos a atos de existências anteriores e à influência de antigas vítimas transformadas em perseguidores espirituais:

> *"Porque permanece impressa nos painéis do inconsciente pessoal, nos refolhos do perispírito, a dívida moral, os pacientes assimilam as ondas mentais das suas antigas vítimas […]"*

*(Joanna de Ângelis, **Triunfo Pessoal**, p. 87).*

O texto associa essa situação a comportamentos como lavagem excessiva das mãos, sensação permanente de sujeira e até percepção de odores pútridos, atribuídos também à atuação daqueles que denomina “cobradores espirituais”.

Na página seguinte, prossegue:

> *“esses endividados espirituais reencarnam com os fatores neurológicos e orgânicos em geral impressos no corpo perispiritual [...] de forma a experimentarem a recuperação moral através do processo depurador a que ora fazem jus.”*

*(Joanna de Ângelis, **Triunfo Pessoal**, p. 88).*

Aqui o conceito ultrapassa bastante a simples afirmação de que o Espírito conserva consequências morais de sua história.

Temos uma sequência relativamente concreta:

ato anterior → dívida moral → registro no perispírito → repercussão neurológica ou orgânica → sofrimento psicológico → influência das antigas vítimas → processo depurador.

A dívida deixa de funcionar apenas como metáfora de responsabilidade. Ela passa a participar de uma teoria causal sobre doença, transtorno psicológico e sofrimento.

Em *Conflitos Existenciais*, boas ações “compensam dívidas”

A linguagem contábil torna-se particularmente clara em *Conflitos Existenciais*:

> *“a aplicação dos valiosos equipamentos do bem, em forma de ações meritórias, não somente é gratificante para a emoção, como é compensador de dívidas transatas, de agressões à vida em outras paragens do tempo e do espaço”*

*(Joanna de Ângelis, **Conflitos Existenciais**, p. 48).*

A construção merece atenção: existem “dívidas transatas” e ações meritórias

presentes funcionariam como seu “compensador”.

Em outro capítulo, uma dificuldade afetiva é explicada por acontecimentos de outras existências, sendo uma das pessoas envolvidas chamada expressamente de:

> *“Espírito endividado”*

*(Joanna de Ângelis, **Conflitos Existenciais**, p. 65).*

A palavra “carma” também aparece no livro, mas aqui é necessário fazer uma distinção para não deformar o texto. Em determinada passagem, a obra critica indivíduos que se julgam “marcados por carmas dolorosos” e, por isso, permanecem na lamentação e na inatividade:

> *“Acreditam-se sem sorte, marcados por carmas dolorosos e, enquanto lamentam e mantêm a ociosidade, mais se enfermam e mais se desestruturam.”*

*(Joanna de Ângelis, **Conflitos Existenciais**, p. 119).*

Essa passagem, isoladamente, não constitui defesa do fatalismo cármico. O contexto censura precisamente a passividade diante da vida.

O problema mais relevante está em outros trechos, nos quais dívida, causa e efeito e sofrimento expiatório são apresentados positivamente como mecanismos explicativos.

Fobias explicadas por crimes de outras existências

O exemplo mais contundente encontra-se no capítulo dedicado às fobias.

Depois de apresentar explicações psicológicas e comportamentais, *Conflitos Existenciais* afirma que, aprofundando-se a investigação, seriam encontrados no Espírito fatores causais decorrentes de comprometimentos morais anteriores:

> *“encontrar-se-ão, no Espírito, os fatores causais, quando houve comprometimentos morais e emocionais, decorrentes de situações lamentáveis*

> *e ações deploráveis contra o próximo ou a sociedade, mediante atos criminosos ou odientos experienciados.”*

*(Joanna de Ângelis, **Conflitos Existenciais**, p. 124).*

Na página seguinte, a explicação torna-se ainda mais categórica:

> *“Por fenômeno natural, em face da Lei de Causa e Efeito, as ações hediondas praticadas sempre ressumam dos depósitos da memória inconsciente, graças ao perispírito, convidando o calceta à reparação.”*

*(Joanna de Ângelis, **Conflitos Existenciais**, p. 125).*

Logo depois, afirma-se que:

> *“de maneira inevitável, a mesma consciência estabelece o sofrimento”*

e que:

> *“Essa expiação do erro é indispensável ao reequilíbrio da emoção.”*

*(Joanna de Ângelis, **Conflitos Existenciais**, p. 125).*

O texto chega a relacionar determinados medos infantis a essas experiências anteriores, descrevendo-os como:

> *“filhos do remorso dos erros cometidos.”*

*(Joanna de Ângelis, **Conflitos Existenciais**, p. 125).*

Na página seguinte, até fatores atuais capazes de desencadear transtornos fóbicos são apresentados como decorrentes de “impositivos divinos”, pelos quais o infrator seria colocado em circunstâncias destinadas ao restabelecimento da ordem anteriormente perturbada.

Já não estamos simplesmente diante da afirmação de que o Espírito pode trazer tendências e consequências de experiências anteriores. Estamos diante de uma **etiologia espiritual para determinados transtornos psicológicos**,

associando-os a crimes, remorsos e reparações de existências pretéritas.

O que Allan Kardec efetivamente estabelece sobre a justiça divina

Para saber se essas construções pertencem ao Espiritismo, não basta compará-las com outras obras mediúnicas posteriores. É necessário retornar à teoria estabelecida por Kardec.

Na primeira edição de *O Céu e o Inferno*, ele dedica o capítulo VIII da primeira parte às "Penas futuras segundo o Espiritismo".

Seu ponto de partida já é metodologicamente decisivo: ninguém possui autoridade individual para elaborar aquilo que chama de "código penal divino". Uma teoria sobre a justiça de Deus não se transforma em princípio espírita porque parece plausível, porque foi transmitida por determinado médium ou porque é atribuída a um Espírito considerado elevado. Kardec exige fatos, concordância e generalidade das observações.

Ao resumir as conclusões obtidas, estabelece:

> *"A alma ou espírito sujeita-se, na vida espiritual, às consequências de todas as imperfeições das quais ela não se despojou durante a vida corporal. Seu estado feliz ou infeliz é inerente ao grau de sua depuração ou de suas imperfeições."*

*(Allan Kardec, **O Céu e o Inferno**, 1ª ed. de 1865, primeira parte, cap. VIII, item 1º, p. 132).*

E prossegue:

> *"Toda imperfeição é uma causa de sofrimento, da mesma forma que toda qualidade adquirida é uma causa de satisfação e de atenuação dos sofrimentos."*

*(Allan Kardec, **O Céu e o Inferno**, 1ª ed. de 1865, primeira parte, cap. VIII, item 3º, p. 132).*

Esse é um ponto fundamental da moral espírita.

O sofrimento moral está ligado ao **estado do próprio Espírito**, às imperfeições que ele ainda conserva.

Não aparece aqui a necessidade de um saldo de sofrimento equivalente ao dano praticado, muito menos um sistema de energias positivas e negativas que se anulam.

A punição é consequência natural, não cobrança de uma dívida

Kardec continua:

> *"A punição é sempre a consequência natural da falta cometida. O espírito sofre pelo próprio mal que fez […] e é motivado a corrigir-se."*

*(Allan Kardec, **O Céu e o Inferno**, 1ª ed. de 1865, primeira parte, cap. VIII, item 4º, p. 132).*

É indispensável compreender corretamente o que significa "consequência natural".

Isso não autoriza uma equivalência mecânica como:

fez alguém sofrer fisicamente → deverá sofrer fisicamente da mesma maneira;

causou medo → deverá desenvolver uma fobia;

cometeu determinada violência → deverá adquirir determinada enfermidade;

prejudicou alguém → aquela vítima retornará necessariamente como cobrador espiritual.

Se essa fosse a teoria de Kardec, os itens seguintes de seu próprio resumo seriam contraditórios.

Kardec rejeita regras absolutas de correspondência

Kardec estabelece:

> *"a mesma falta pode [...] dar lugar a punições diferentes, segundo as circunstâncias atenuantes ou agravantes nas quais ela foi cometida."*

*(Allan Kardec, **O Céu e o Inferno**, 1ª ed. de 1865, primeira parte, cap. VIII, item 5º, p. 133).*

E imediatamente acrescenta:

> *"Não há, em relação à natureza, a intensidade e a duração do castigo, nenhuma regra absoluta e uniforme."*

*(Allan Kardec, **O Céu e o Inferno**, 1ª ed. de 1865, primeira parte, cap. VIII, item 6º, p. 133).*

Esse princípio é incompatível com qualquer tentativa de transformar casos particulares em leis gerais.

Pode um Espírito escolher uma prova relacionada a erro anterior? Sim.

Pode haver relações difíceis decorrentes de acontecimentos de outras existências? Sim.

Pode existir reparação entre indivíduos que se prejudicaram anteriormente? Sim.

Mas dessas possibilidades não se pode deduzir uma mecânica universal segundo a qual determinados sofrimentos, enfermidades ou transtornos psicológicos seriam necessariamente manifestações de débitos específicos.

E a "conta rigorosa" de Kardec?

Há uma passagem que precisa ser considerada para que o confronto seja intelectualmente honesto.

No item 7º, Kardec realmente emprega uma expressão aparentemente contábil:

> *“Sendo a justiça de Deus infinita, é mantida uma conta rigorosa do bem e do mal”*

e explica que nenhuma má ação, mau pensamento ou bom movimento da alma deixa de produzir suas consequências.

*(Allan Kardec, **O Céu e o Inferno**, 1ª ed. de 1865, primeira parte, cap. VIII, item 7º, p. 133).*

Mas essa “conta” não significa uma quantidade de sofrimento que precisa ser paga.

O item seguinte elimina essa interpretação.

O sofrimento termina pelo aperfeiçoamento, não pela quitação de um saldo

Kardec ensina:

> *“A duração do castigo está subordinada ao aperfeiçoamento do espírito culpado. Nenhuma condenação por um tempo determinado é pronunciada contra ele.”*

E prossegue:

> *“O espírito é, assim, sempre o árbitro de seu próprio destino; ele pode prolongar seus sofrimentos por seu endurecimento no mal, aliviá-los ou abreviá-los por seus esforços para fazer o bem.”*

*(Allan Kardec, **O Céu e o Inferno**, 1ª ed. de 1865, primeira parte, cap. VIII, item 8º, p. 133).*

Esta passagem é decisiva.

Se existisse uma dívida cuja quitação exigisse determinada quantidade de sofrimento, o aperfeiçoamento moral não poderia abreviar livremente a punição.

Seria necessário terminar de pagar.

Mas Kardec ensina exatamente o contrário: a duração do sofrimento está subordinada ao **aperfeiçoamento do Espírito**.

Portanto, a estrutura não é:

falta → dívida → sofrimento equivalente → dívida quitada.

É:

imperfeição → sofrimento moral → conscientização → aperfeiçoamento → reparação → retorno ao bem.

Expiação não significa pagar uma dívida pela dor

Outro ponto central é o significado de expiação.

Uma interpretação religiosa tradicional entende expiar como pagar uma culpa mediante sofrimento. A dor assumiria, assim, uma espécie de função purificadora.

Em Kardec, porém, o centro do processo é o aperfeiçoamento consciente do Espírito.

Depois de mencionar arrependimento, expiação e reparação, ele resume o que Deus exige como:

> *"um aperfeiçoamento sério, efetivo, assim como um retorno sincero ao bem."*

*(Allan Kardec, **O Céu e o Inferno**, 1ª ed. de 1865, primeira parte, cap. VIII, item 8º, p. 133).*

O núcleo da teoria está, portanto, na transformação moral.

Sofrer não é moeda espiritual.

Um Espírito pode sofrer durante muito tempo e permanecer moralmente estacionário. Outro pode reconhecer seu erro, arrepender-se, modificar-se profundamente e iniciar a reparação.

Não é a dor, por si mesma, que aperfeiçoa.

Reparar não significa sofrer o mesmo mal

Kardec não elimina a necessidade de reparação. Pelo contrário, ela é parte fundamental da moral espírita.

Mas reparar não significa necessariamente reproduzir sobre si o sofrimento causado a outro.

Quem prejudicou alguém financeiramente pode restituir, ajudar e transformar sua relação com os bens materiais.

Quem foi cruel pode desenvolver compaixão.

Quem explorou pode aprender a servir.

Quem agiu por egoísmo pode desenvolver abnegação.

A reparação verdadeira exige transformação e ação no bem.

A justiça divina não necessita organizar uma reprodução simétrica de cada erro para produzir uma pena equivalente.

E a "pena de talião" existente em *O Céu e o Inferno*?

Também seria incorreto ocultar um exemplo que, à primeira vista, poderia parecer favorável a uma interpretação de "ação e reação" literal.

Na segunda parte de *O Céu e o Inferno*, há um caso intitulado "A pena de talião". O Espírito Antonio B. relata que, em existência anterior, emparedara viva sua esposa e que posteriormente experimentara uma morte semelhante:

> *"Foi a pena de talião, que a mim deveria ser aplicada. Olho por olho, dente por*

> *dente.”*

*(Allan Kardec, **O Céu e o Inferno**, 1ª ed. de 1865, segunda parte, cap. VIII, “A pena de talião”, p. 418).*

Mas a continuação impede que esse exemplo seja convertido em princípio universal.

O próprio Espírito afirma que havia **aceitado** aquela morte antes de reencarnar, e a instrução que acompanha o caso esclarece que desfechos dessa natureza eram raros e que ele próprio solicitara aquela experiência.

Portanto, Kardec não estabelece uma regra:

emparedou alguém → será emparedado.

Apresenta um caso particular de uma prova específica.

Isso permanece perfeitamente coerente com o princípio doutrinário anteriormente estabelecido:

> *“Não há […] nenhuma regra absoluta e uniforme.”*

Dívida como metáfora e dívida como mecanismo

Essa distinção resolve boa parte da questão.

Nada impede o emprego figurado da palavra “dívida”.

Se alguém prejudicou outra pessoa, pode-se dizer que possui uma “dívida moral” no sentido de que existe uma responsabilidade de reparar o dano.

O problema começa quando a metáfora ganha existência própria e passa a explicar o funcionamento da justiça divina.

Quando se afirma que o Espírito possui “dívidas transatas”, que boas ações as “compensam”, que a dívida fica impressa no perispírito, que o “endividado espiritual” traz repercussões orgânicas e neurológicas, que antigas vítimas

tornam-se “cobradores”, que transtornos psicológicos decorrem de crimes anteriores, que a expiação dolorosa é “indispensável”, que existem “resgates idênticos” aos danos produzidos e que energias positivas anulam energias negativas, já não estamos diante de uma simples maneira de falar.

Estamos diante de **uma teoria específica da justiça espiritual**.

E uma teoria nova não se transforma em Espiritismo apenas porque foi publicada em uma obra mediúnica.

“Lei de Causa e Efeito” não pode ser confundida com determinismo moral

Que os atos produzam consequências é perfeitamente compatível com Kardec.

Mas disso não decorre uma lei mecânica de equivalência.

No mundo físico, determinadas causas produzem efeitos segundo as condições e leis da matéria. No mundo moral existe um elemento fundamental: **a vontade livre do Espírito**.

Kardec afirma que a alma sofre as consequências de suas más ações até que tenha:

> *“melhorado pelos esforços da sua própria vontade.”*

*(Allan Kardec, **O Céu e o Inferno**, 1ª ed. de 1865, primeira parte, cap. IV, item 6º).*

O Espírito não é uma partícula arrastada por uma equação cármica.

É um agente moral.

Ele pensa, escolhe, arrepende-se, aprende, modifica hábitos, desenvolve virtudes e repara seus erros.

Sua situação muda quando ele muda.

O risco de transformar doenças e transtornos em cobrança espiritual

A discussão não é apenas terminológica.

Há consequências práticas importantes.

Quando se afirma que determinados transtornos psicológicos podem decorrer de crimes cometidos em existências anteriores, abre-se espaço para uma perigosa moralização do sofrimento.

Uma pessoa com fobia pode passar a ser interpretada como alguém que praticou um crime.

Um paciente com transtorno obsessivo-compulsivo pode ser visto como "endividado" perante antigas vítimas.

Uma criança ansiosa ou medrosa pode ter sua condição explicada como manifestação de culpa por ações de outra existência.

Uma doença pode passar a ser interpretada como "processo depurador" de um devedor espiritual.

Essas afirmações não podem ser apresentadas como Ciência Espírita simplesmente porque constam de uma comunicação mediúnica.

Kardec foi explícito: princípios gerais não são estabelecidos pela opinião de um único Espírito ou por um ensino recebido isoladamente. As leis da doutrina decorrem da concordância de grande número de observações independentes.

Atribuir a determinada doença ou transtorno psicológico uma causa moral específica em outra existência exige demonstração.

A autoridade presumida do comunicante não substitui o método.

A diferença fundamental entre as duas

concepções

A diferença pode ser resumida de maneira simples.

Na lógica cármica ou contábil:

pratiquei um mal → contraí uma dívida → essa dívida produz consequências correspondentes → preciso resgatá-la ou compensá-la.

Na moral apresentada por Kardec:

desenvolvi uma imperfeição e pratiquei o mal → sofro as consequências naturais dessa condição → reconheço meu erro → arrependo-me → trabalho pelo meu aperfeiçoamento → reparo o mal → retorno ao bem.

A primeira estrutura tende à equivalência.

A segunda está centrada na transformação.

A primeira pode transformar sofrimento em pagamento.

A segunda faz do aperfeiçoamento o elemento central.

A primeira pensa em saldo e compensação.

A segunda pensa em **responsabilidade, liberdade e progresso moral**.

A moral espírita não necessita de uma contabilidade cármica

Não é necessário importar a teoria do carma para explicar a justiça divina segundo o Espiritismo.

Também não é necessário imaginar um sistema invisível de créditos, débitos, energias positivas, energias negativas e compensações.

A teoria de Kardec possui coerência própria.

Toda ação possui consequências.

Toda imperfeição é causa de sofrimento moral.

Toda qualidade conquistada aproxima o Espírito da felicidade.

O mal precisa ser reconhecido e reparado.

Mas ninguém está condenado a cumprir uma quantidade previamente estabelecida de sofrimento.

Não existe uma pena uniforme.

Não existe uma tabela universal que vincule determinado crime a determinada enfermidade, determinado erro a determinada fobia ou determinada agressão a um sofrimento corporal específico.

O Espírito permanece livre.

Por isso Kardec consegue afirmar, ao mesmo tempo, a responsabilidade do indivíduo por seus atos e a possibilidade de abreviar o sofrimento por seu próprio aperfeiçoamento.

Esse ponto é decisivo.

O Espiritismo não ensina irresponsabilidade. Muito pelo contrário: responsabiliza profundamente o indivíduo, porque coloca nele próprio os meios de sua transformação.

Mas responsabilidade não significa condenação a uma dívida cósmica.

Reparação não significa necessariamente sofrer aquilo que se fez sofrer.

Expiação não transforma a dor em moeda.

Justiça divina não significa contabilidade espiritual.

Por isso, conceitos encontrados em obras mediúnicas posteriores — ainda que assinadas por Espíritos famosos e amplamente aceitas no movimento espírita — precisam ser submetidos ao mesmo exame crítico que Kardec exigia de qualquer comunicação.

A pergunta científica continua sendo simples:

essas ideias foram efetivamente demonstradas e integradas à Ciência Espírita por seu método, ou passaram a ser chamadas de "Espiritismo" apenas porque foram repetidas durante décadas?

Confundir uma coisa com a outra é abandonar justamente o método que permitiu a Kardec constituir a Doutrina Espírita.

Bibliografia

FRANCO, Divaldo Pereira. *O Ser Consciente*. Ditado pelo Espírito Joanna de Ângelis. Salvador, 1993. Edição digital consultada.

FRANCO, Divaldo Pereira. *Triunfo Pessoal*. Pelo Espírito Joanna de Ângelis. Série Psicológica Joanna de Ângelis, v. 12. 7. ed. Salvador: LEAL, 2013. 188 p. ISBN 978-85-61879-93-8.

FRANCO, Divaldo Pereira. *Conflitos Existenciais*. Pelo Espírito Joanna de Ângelis. Série Psicológica Joanna de Ângelis, v. 13. 6. ed. Salvador: LEAL, 2014. 240 p. ISBN 978-85-8266-057-7.

KARDEC, Allan. *O Céu e o Inferno, ou A Justiça Divina Segundo o Espiritismo*. Texto original da primeira edição francesa de 1865. São Paulo: Fundação Espírita André Luiz — FEAL, 2021.

Não, o Espiritismo NÃO É uma religião!

O Espiritismo não foi apresentado por Allan Kardec como uma religião fundada em dogmas, ritos ou autoridade sacerdotal, mas como uma **ciência de observação e uma doutrina filosófica**. Seu ponto de partida está no estudo dos fatos, na comparação das manifestações e no raciocínio aplicado às leis que regem as relações entre o mundo corporal e o mundo espiritual.

Essa definição é essencial para compreender a própria estrutura da Doutrina Espírita. Em Kardec, a moral não surge como um conjunto de preceitos impostos à fé, mas como consequência racional do conhecimento das leis espirituais. A sobrevivência da alma, a reencarnação, a responsabilidade pelos próprios atos e o progresso do Espírito conduzem, por sua própria lógica, a determinadas consequências morais.

Partindo dessa perspectiva, este artigo examina três pontos fundamentais: o Espiritismo como ciência de observação e raciocínio, sua distinção em relação à religião no sentido tradicional e a moral como consequência direta da compreensão das leis espirituais.

Abaixo, os trechos e demonstrativos são apresentados organizados por eixos temáticos, com as devidas referências bibliográficas detalhadas.

1. O Espiritismo como Ciência de Observação e Raciocínio

Allan Kardec define a Ciência Espírita pelo uso do **método experimental e indutivo**: parte-se da observação rigorosa dos fatos para, remontando dos efeitos às causas, deduzir as leis naturais que os regem.

Definição Fundamental da Ciência Espírita

> *"O Espiritismo é, ao mesmo tempo, uma ciência de observação e uma doutrina filosófica. Como ciência prática ele consiste nas relações que se estabelecem entre nós e os Espíritos; como filosofia, compreende todas as conseqüências morais que dimanam dessas mesmas relações. Podemos defini-lo assim: O Espiritismo é uma ciência que trata da natureza, origem e destino dos Espíritos, bem como de suas relações com o mundo corporal."*

Bibliografia: *O que é o Espiritismo* (1859), Capítulo I, "Primeiro Diálogo – O Crítico"; *Resumo da Lei dos Fenômenos Espíritas* (1864), Item 1; *Revista Espírita* (Abril de 1864), p. 115.

O Método Experimental Aplicado ao Princípio Espiritual

> *"Como meio de elaboração, o Espiritismo procede exatamente da mesma forma que as ciências positivas, aplicando o método experimental. Fatos novos se apresentam, que não podem ser explicados pelas leis conhecidas; ele os observa, compara, analisa e, remontando dos efeitos às causas, chega à lei que os rege... Não foram os fatos que vieram a posteriori confirmar a teoria: a teoria é que veio subseqüentemente explicar e resumir os fatos. É, pois, rigorosamente exato dizer-se que o Espiritismo é uma ciência de observação e não produto da imaginação."*

Bibliografia: *A Gênese, os Milagres e as Predições segundo o Espiritismo* (1ª ed. 1868 / Edição Autêntica FEAL), Capítulo I ("Natureza da Revelação Espírita"), Item 14; *O Espiritismo na Sua Expressão Mais Simples* (1868), Seção III ("Caráter da Revelação Espírita"), Item 14.

A Constituição da Ciência pela Dedução Lógica

> *"Toda ciência deve estar baseada sobre fatos; mas só os fatos não constituem a ciência; a ciência nasce da coordenação e da dedução lógica dos fatos: é o conjunto de leis que os regem."*

Bibliografia: *Revista Espírita* (Janeiro de 1858), "Introdução".

Positivismo dos Fatos Naturais

> *"Não, o Espiritismo não é uma concepção individual, um produto da imaginação; não é uma teoria, um sistema inventado para a necessidade de uma causa; tem sua fonte nos fatos da própria Natureza, nos fatos positivos, que se produzem a cada instante sob nossos olhos... É, pois, um resultado da observação, uma ciência, em uma palavra: a ciência das relações do mundo visível e do mundo invisível..."*

Bibliografia: *Revista Espírita* (Novembro de 1864), "O Espiritismo é uma Ciência Positiva" (Alocução de Kardec em Bruxelas e Anvers).

Ciência de Raciocínio

> *"O Espiritismo é, sem dúvida, uma ciência de observação, mas é mais ainda, talvez, uma ciência de raciocínio; o raciocínio é o único meio de fazê-lo avançar e triunfar de certas resistências."*

Bibliografia: *Revista Espírita* (Setembro de 1859), "A Tabaqueira" (Nota de Kardec).

2. A Demonstração de que o Espiritismo NÃO é uma Religião no Sentido Vulgar

Kardec esclareceu reiteradamente a distinção semântica entre o sentido filosófico da palavra religião (laço de fraternidade) e a sua acepção vulgar ou institucional (igreja, culto exterior, sacerdócio e dogmas), negando que o Espiritismo constitua uma religião no sentido tradicional.

A Ausência de Dogmas, Culto e Sacerdotes

> *"O Espiritismo é uma ciência ou, dizendo melhor, uma filosofia espiritualista que ensina a moral. Ela não é uma religião, naquilo que não tem nem dogmas, nem culto, nem sacerdotes, nem artigos de fé..."*

Bibliografia: *Revista Espírita* (Fevereiro de 1866), "O Espiritismo toma lugar na filosofia e nos conhecimentos usuais".

Recusa da Estrutura Clerical e das Práticas Exteriores

> *"Por que, então, declaramos que o Espiritismo não é uma religião? – Porque só temos uma idéia para exprimir duas idéias diferentes e porque, na opinião geral, a palavra é inseparável de 'culto'; revela exclusivamente uma idéia de práticas exteriores. E o Espiritismo não é isso. Se o Espiritismo se dissesse uma religião, o público só veria nele uma nova edição, uma variante dos princípios absolutos em matéria de fé, uma casta sacerdotal com seu cortejo de hierarquias..."*

Bibliografia: *Instruções Práticas sobre as Manifestações Espíritas* (1858), "Nota Especial sobre Religião"; *Revista Espírita* (Dezembro de 1868), "Discurso de Abertura da Sessão Anual em Memória dos Mortos".

Afastamento do Formato de Seita ou Igreja

> *"Seu verdadeiro caráter é, pois, o de uma ciência e não de uma religião... O Espiritismo não é, pois, uma religião: de outro modo teria seu culto, seus templos, seus ministros. Cada um, sem dúvida, pode se fazer uma religião de suas opiniões... mas daí à constituição de uma nova Igreja, há distância... Em resumo, o Espiritismo se ocupa com a observação dos fatos, e não com as particularidades de tal ou tal crença..."*

Bibliografia: *O que é o Espiritismo* (1859), Capítulo I, "Terceiro Diálogo – O Padre"; *Revista Espírita* (Março de 1859), "Resposta à Réplica do Senhor Abade Chesnel".

Independência em Relação a Ritos e Templos

> *"A essa primeira questão: O Espiritismo é uma religião, os Espíritas dizem: Não, o Espiritismo não é uma religião, não pretende ser uma religião... Ele tem conseqüências morais, é verdade, no sentido do cristianismo, mas não tem nem culto, nem templos, nem ministros; cada um pode se fazer uma religião de suas opiniões, mas daí à constituição de uma nova Igreja, há distância..."*

Bibliografia: *Revista Espírita* (Julho de 1862), "O Espiritismo é provado por milagres?".

3. A Moral como Consequência Direta e Racional da Ciência Espírita

Na Codificação, a moral não é o ponto de partida dogmático, mas o **corolário e a aplicação prática** derivados do conhecimento científico das leis espirituais (imortalidade, perispírito, reencarnação e lei de causa e efeito).

A Moral como “Código das Consequências” da Lei Científica

> *“O Espiritismo repudia, nos limites do que lhe pertence, todo efeito maravilhoso, isto é, fora das leis da Natureza; ele não faz milagres nem prodígios, antes explica, em virtude de uma dessas leis, certos efeitos... Ele amplia, igualmente, o domínio da Ciência, e é nisto que ele próprio se torna uma ciência; como, porém, a descoberta dessa nova lei traz conseqüências morais, o código das conseqüências faz dele, ao mesmo tempo, uma doutrina filosófica.”*

Bibliografia: *O que é o Espiritismo* (1859), Capítulo I, “O Maravilhoso e o Sobrenatural”.

A Ciência como Vestíbulo e a Moral como Finalidade

> *“A Ciência Espírita teve como vestíbulo as manifestações físicas, mas sua finalidade é moral e suas pesquisas devem desenvolver-se nesse sentido. Provada a sobrevivência espiritual e a comunicabilidade, o Espiritismo deve aprofundar-se na investigação dos processos de comunicação, da situação dos Espíritos após a morte, das leis que regulam as relações permanentes entre os Espíritos e os homens...”*

Bibliografia: *O Livro dos Médiuns* (1861), Prefácio (Análise teórica do método da Codificação).

A Hierarquia do Conhecimento: Do Fato à Prática Moral

> *“O Espiritismo se apresenta sob três aspectos diferentes: o das manifestações, o dos princípios e da filosofia que delas decorrem e o da aplicação desses princípios. Daí, três classes, ou, antes, três graus de adeptos: 1° os que crêem nas manifestações e se limitam a comprová-las; para esses, o Espiritismo é uma ciência experimental; 2° os que lhe percebem as conseqüências morais; 3° os que praticam ou se esforçam por praticar essa moral.”*

Bibliografia: *O Livro dos Espíritos* (1857 / 1860), “Conclusão”, Item VII.

Consequências Morais como Utilidade Real da Ciência

> *“As manifestações não são, pois, destinadas a servir aos interesses materiais; sua utilidade está nas conseqüências morais que delas dimanam; não tivessem, elas, porém, como resultado senão fazer conhecer uma nova lei da Natureza, demonstrar materialmente a existência da alma e sua imortalidade, e já isso seria muito, porque era largo caminho novo aberto à Filosofia.”*

Bibliografia: *O que é o Espiritismo* (1859), Capítulo I, “Dos Médiuns”.

A Sanção das Leis Naturais sobre a Doutrina Moral

> *“O que o ensino dos Espíritos acrescenta à moral do Cristo é o conhecimento dos princípios que regem as relações entre os mortos e os vivos, princípios que completam as noções vagas que se tinham da alma, de seu passado e de seu futuro, dando por sanção à doutrina cristã as próprias leis da Natureza.”*

Bibliografia: *A Gênese* (1ª ed. 1868), Capítulo I, Item 56; *O Espiritismo na Sua Expressão Mais Simples* (1868), Seção III, Item 56.

Quadro Resumo Bibliográfico das Obras Citadas

Obra de Allan Kardec	Localização Exata	Tema Demonstrado
O Livro dos Espíritos (1857/1860)	Conclusão, Item VII.	O aspecto científico experimental e a escala de compreensão moral.

Obra de Allan Kardec	Localização Exata	Tema Demonstrado
O que é o Espiritismo (1859)	Cap. I (Diálogos 1 e 3; O Maravilhoso; Dos Médiuns).	Definição de ciência de observação, rejeição da forma religiosa e moral como consequência.
Instruções Práticas (1858)	Nota Especial sobre Religião.	Explicitação de por que o Espiritismo não é uma religião tradicional.
O Livro dos Médiuns (1861)	Prefácio / Introdução.	A Ciência Espírita como meio e a moral como finalidade.
Resumo da Lei dos Fenômenos Espíritas (1864)	Item 1.	Definição do Espiritismo como ciência de observação e filosofia moral.
A Gênese (1868 – 1ª Edição Autêntica)	Cap. I, Itens 14, 16 e 56.	O método experimental, a complementariedade entre Ciência e Espiritismo e as leis naturais.
Revista Espírita (1858–1868)	Jan/1858, Mar/1859, Jul/1862, Nov/1864, Fev/1866, Dez/1868.	Argumentação continuada sobre o método científico, a ausência de culto/sacerdotes e a moral racional.

Estes textos comprovam que Allan Kardec definiu o Espiritismo como um **campo do conhecimento científico e filosófico**, no qual a pesquisa experimental dos fatos revela as leis do mundo invisível, e cuja assimilação racional produz compulsoriamente a renovação moral e a prática da caridade.

Livro dos Espíritos II em confronto com Kardec

Uma análise metodológica e doutrinária à luz de Allan Kardec

A obra de Suzi Mariah se apresenta como continuação de O Livro dos Espíritos. O problema, porém, não está apenas no uso desse título. Ao reivindicar a condição de complemento da obra fundamental de Allan Kardec, o livro reivindica, por consequência, uma ligação com o corpo de conhecimentos que Kardec chamou de ciência espírita.

Esse ponto é decisivo. O Espiritismo, em Kardec, não é simplesmente um conjunto de crenças acerca da sobrevivência da alma, da reencarnação ou da mediunidade. Ele se constitui a partir do estudo dos fenômenos produzidos pelos Espíritos, da observação comparada, do exame crítico das comunicações e da tentativa de separar o fato constatado da hipótese, da opinião pessoal e da mistificação.

Por isso, uma proposição não se torna espírita simplesmente porque foi atribuída a um Espírito ou recebida por um médium. Também não se torna parte da ciência espírita porque parece plausível, consoladora ou revestida de linguagem espiritual. É necessário distinguir uma comunicação mediúnica, uma hipótese explicativa e um conhecimento que tenha resistido ao exame.

É justamente nessa distinção que Livro dos Espíritos II encontra sua maior dificuldade. O volume não apenas introduz ideias ausentes em Kardec: em diversos pontos modifica princípios centrais já integrados à estrutura doutrinária e, ao mesmo tempo, não apresenta o percurso de investigação capaz de justificar essas mudanças.

Nota editorial. Nas referências a A Gênese e O Céu e o Inferno, foram consideradas exclusivamente as primeiras edições francesas, publicadas em vida de Allan Kardec. Nenhuma redação póstuma desses dois títulos fundamenta esta análise.

A promessa de continuidade

O título Livro dos Espíritos II não é neutro. Ele coloca a obra sob a sombra direta do livro que inaugurou a codificação e convida o leitor a entendê-la como sequência. O próprio prefácio reforça essa expectativa ao afirmar que o novo volume jamais se contrapõe a Allan Kardec e que seu propósito seria de "agregação e complemento".

"O trabalho deste livro foi feito através de uma única médium […] e por mais de

300 profissionais e atuantes de diversas áreas [...] Jamais contrapondo as experiências, mas como forma de agregação e complemento."

Livro dos Espíritos II, prefácio, p. 9

A questão, portanto, não é saber se o livro contém ideias espirituais, mensagens edificantes ou relatos interessantes. A pergunta correta é outra: suas proposições podem ser apresentadas como continuidade de um conhecimento obtido por método investigativo?

Há convergências morais no volume, como a defesa da caridade, da responsabilidade e da sobrevivência da alma. Elas devem ser reconhecidas. Mas afinidade moral geral não elimina divergências sobre a natureza do Espírito, o mecanismo do progresso, a vida depois da morte, a classificação dos fenômenos e o exercício da mediunidade.

Antes da doutrina, existe um problema de método

Há uma tendência recorrente no movimento espírita de reduzir qualquer controvérsia à pergunta "Kardec disse isso ou não disse?". Esse critério é insuficiente. A ciência espírita não pode ser reduzida a um catálogo de frases de Allan Kardec.

Kardec não pretendeu estabelecer sua autoridade pessoal como critério de verdade. Procurou estabelecer um método de investigação de uma ordem de fenômenos. Por isso, uma descoberta posterior pode ampliar, corrigir ou até modificar uma conclusão anterior. Se fatos novos, bem constatados, exigirem revisão, rejeitá-los apenas porque Kardec não os conheceu seria contrário ao próprio espírito de investigação.

Mas a consequência inversa é igualmente importante: não basta que alguma coisa seja nova para constituir progresso científico. Uma comunicação mediúnica não adquire autoridade simplesmente por sua origem alegadamente espiritual. A mediunidade fornece o fenômeno e o material de investigação; não fornece automaticamente a verdade.

Kardec verificou que os Espíritos apresentam graus diferentes de conhecimento e

moralidade, podem enganar-se, reproduzir opiniões pessoais, contradizer-se e até procurar mistificar. A existência do fenômeno mediúnico, portanto, não resolve a questão da confiabilidade de seu conteúdo. Ao contrário: cria a necessidade de controles.

Daí a importância da comparação, da repetição, da independência das fontes, do exame racional, da coerência e da confrontação com fatos conhecidos. A ciência espírita nasce precisamente da passagem do fenômeno bruto para a análise crítica do fenômeno.

Nesse contexto, a menção a "mais de 300 profissionais e atuantes de diversas áreas" poderia ser o início de uma investigação, mas não é uma demonstração. Para que esse número possuísse valor metodológico seria necessário saber como o trabalho foi realizado: se as mesmas questões foram submetidas independentemente a médiuns diferentes; como foram registradas respostas divergentes; que procedimentos limitaram influência recíproca; quais critérios permitiram aceitar ou rejeitar comunicações; e que documentos possibilitariam a terceiros examinar o processo.

Ademais, que profissionais são esses? Apômetras? Terapeutas quânticos? Regressores de vidas passadas? Ufólogos? Suspeito que sim.

O livro não fornece essas informações de maneira suficiente. O problema, portanto, não é quantitativo, mas metodológico. Trezentas pessoas não equivalem a trezentas confirmações independentes; e trezentas opiniões não constituem, por si, experiência científica.

A reencarnação deixa de ser lei

"A reencarnação é uma regra? Uma regra obrigatória, não. É uma possibilidade entre as ferramentas existentes para a evolução."

Livro dos Espíritos II, questão 449, p. 184

Aqui não há simples mudança de vocabulário. Em O Livro dos Espíritos, a encarnação é apresentada como condição necessária ao desenvolvimento dos Espíritos. A questão 132 afirma que Deus lhes impõe a encarnação com a finalidade de fazê-los chegar à perfeição. As questões 166 a 170 integram as

existências sucessivas ao mecanismo regular do progresso. A questão 330 relaciona a reencarnação à necessidade da vida espírita, e a questão 333 exclui a permanência indefinida do Espírito em estado estacionário.

A questão científica, porém, vai além da oposição entre duas frases. Se a reencarnação é apenas uma ferramenta opcional, seria necessário apresentar fatos que demonstrem outro mecanismo regular pelo qual Espíritos atinjam a perfeição sem passar pelas existências corporais necessárias ao seu desenvolvimento.

Quais observações mostram isso? Em que condições ocorre? Como esse modelo explica as desigualdades intelectuais e morais? Como se articula com reparação, aprendizado e responsabilidade? O novo livro não oferece uma série de observações capaz de responder a essas perguntas. Ele substitui a explicação anterior, mas não apresenta o conjunto de fatos necessário para justificar essa substituição.

A metempsicose é admitida

"Sendo ela a possibilidade de reencarnar em outra espécie, sim, ela é possível."

Livro dos Espíritos II, questão 456, p. 186

"Isso quer dizer que ela existe? Sim, exatamente."

Livro dos Espíritos II, questão 458, p. 186

A resposta de Kardec à mesma tese é frontal. Na questão 612 de O Livro dos Espíritos, pergunta-se se o Espírito que animou um homem poderia encarnar num animal. A resposta é negativa: isso seria retrogradar, e o Espírito não retrograda. A questão 611 já havia distinguido a metempsicose da doutrina das existências sucessivas.

Uma ciência, entretanto, não está obrigada a conservar eternamente uma conclusão. Se fossem observados fatos inequívocos demonstrando que Espíritos humanos efetivamente retornam a organismos animais, a questão deveria ser reaberta. O ponto é precisamente esse: Livro dos Espíritos II não apresenta tais fatos. Responde simplesmente que a metempsicose existe.

Isso converte aquilo que deveria ser objeto de investigação em conclusão antecipada. A questão 530 amplia o problema ao afirmar que animais podem reencarnar como humanos. Em Kardec, a passagem do princípio inteligente até a humanidade é tratada como elaboração e transformação, não como reencarnação comum de um animal individualizado em pessoa humana.

A individualidade espiritual pode desaparecer

"O espírito pode escolher que seu campo se dissolva como identidade, deixando de existir como "um" [...] É como uma gota que volta ao mar."

Livro dos Espíritos II, questão 462, p. 187

"O espírito deixa de ser uma unidade consciente e retorna ao Todo [...] permanece integrado à Consciência Universal, mas sem a individualidade."

Livro dos Espíritos II, questão 464, p. 188

Esse é um dos contrastes mais profundos. Na questão 83 de O Livro dos Espíritos, Kardec pergunta se os Espíritos têm fim. A resposta afirma que sua existência não termina. A questão 149 acrescenta que a alma conserva a individualidade depois da morte.

A ideia de que os seres humanos seriam "partículas" ou "pedaços" destacados de Deus e de que, ao final do processo evolutivo ou após a morte, "retornariam a Deus" dissolvendo-se na Divindade é uma concepção filosófica antiga (associada ao **Panteísmo** e ao **Absorcionismo**) que foi **profunda e expressamente refutada por Allan Kardec na Codificação Espírita**:

> *Que nos importa ter uma alma, se, extinguindo-se-nos a vida, ela desaparece na imensidade, como as gotas d'água no Oceano? A perda da nossa individualidade não eqüivale, para nós, ao nada?*
>
> *Kardec, Allan. O Livro dos Espíritos, pergunta 148.*

Em O Céu e o Inferno, contrapõe firmemente:

Há outra doutrina que nega ser materialista porque admite a existência de um princípio inteligente, fora da matéria, que é a doutrina da absorção no Todo Universal. Segundo essa doutrina, cada indivíduo absorve em si, ao nascer, uma parcela desse princípio, que é sua alma e que lhe dá a vida, a inteligência e o sentimento. Quando morre, essa alma volta ao ponto de origem, perdendo-se no infinito, como uma gota d'água no oceano.

Essa doutrina é, sem dúvida, um passo adiante com relação ao materialismo puro, já que ela admite algo além da matéria, enquanto o outro nada admite, mas as consequências de ambas são as mesmas. Ser o homem mergulhado no nada ou num reservatório comum é, para ele, a mesma coisa. Se, no primeiro caso, ele é aniquilado, no segundo perde sua individualidade e é como se não existisse, e suas relações sociais estarão igualmente extintas para sempre.

O essencial para o homem é a preservação de seu eu, sem o que não importa ser ou não ser! O futuro, para ele, é igualmente nulo, e o presente é a única coisa que lhe importa e o preocupa. Do ponto de vista das consequências morais, essa doutrina é igualmente prejudicial, igualmente desesperadora, incitando ao egoísmo tanto quanto o materialismo propriamente dito.

Kardec, Allan. O Céu e o Inferno – Editora Mundo Maior (correspondente à 1a edição)

E completa:

Cada indivíduo, sendo uma parte do todo, é ele mesmo Deus. Nenhum ser superior e independente comanda o conjunto; o Universo é uma imensa república sem chefe, ou antes, onde cada um é chefe com poder absoluto.

A esse sistema podemos opor numerosas objeções, das quais são estas as principais: a Divindade, não podendo ser concebida sem o infinito das perfeições, perguntamo-nos como um todo perfeito pode ser formado de partes tão imperfeitas e tendo a necessidade de progredir? Cada parte estando submetida à lei do progresso, daí resulta que o próprio Deus deve progredir; se Ele progride incessantemente, deve ter sido, na origem dos tempos, muito imperfeito.

Como um ser imperfeito, formado de vontades e de ideias tão divergentes, pôde

> *conceber as leis tão harmoniosas, tão admiráveis de unidade, de sabedoria e de previdência que regem o Universo? Se todas as almas são porções da Divindade, todas concorreram para as leis da natureza; como pode ser então que elas murmurem sem cessar contra essas leis, que são obras suas?*
>
> *Uma teoria não pode ser aceita como verdadeira, senão com a condição de satisfazer a razão e dar conta de todos os fatos que abrange. Se um só fato a desmente, é porque ela não encerra a verdade absoluta.*
>
> *Idem.*

É fácil perceber que, se alguém chamou Suzi para realizar uma obra, destruindo pontos fundamentais da moral produzida pela ciência espírita, esse alguém não foi o Espírito de Allan Kardec.

A ressurreição física retorna como possibilidade

"E na matéria? É tão possível quanto a reencarnação."

Livro dos Espíritos II, questão 471, p. 189

"O espírito pode reconstruir ou materializar um corpo com base em uma célula original [...] utilizando uma força energética imensa e uma supermatéria."

Livro dos Espíritos II, questão 472, p. 190

Kardec dedica a questão 1010 de O Livro dos Espíritos à ressurreição da carne. Sua conclusão é explícita: a reconstituição do mesmo corpo é materialmente impossível, porque seus elementos se dispersam e passam a compor outros organismos. A ressurreição é interpretada como figura da reencarnação, não como retorno definitivo do cadáver recomposto:

> *Efetivamente, a ciência demonstra a impossibilidade da ressurreição, segundo a ideia vulgar. Se os despojos do corpo humano se conservassem homogêneos, embora dispersos e reduzidos a pó, ainda se conceberia que pudessem reunir-se em dado momento. As coisas, porém, não se passam assim.*

> *[…]*
>
> *Racionalmente, pois, não se pode admitir a ressurreição da carne, senão como uma figura simbólica do fenômeno da reencarnação. E, então, nada mais há que aberre da razão, que esteja em contradição com os dados da ciência.*
>
> *Kardec, Allan. O Livro dos Espíritos.*

O novo livro faz o movimento inverso: recupera a ressurreição literal mediante uma "célula original", energia e "supermatéria". Esses termos, porém, não vêm acompanhados de definição operacional, observações reproduzíveis ou fatos controláveis que permitam examiná-los. A linguagem técnica não substitui a demonstração.

Anjos criados em condição superior e pureza reversível

"Há seres que já foram criados em níveis de elevada consciência, constituídos por uma matriz energética própria, que não percorre o mesmo caminho evolutivo dos demais."

Livro dos Espíritos II, questão 643, p. 244

Nas questões 115, 128 e 129 de O Livro dos Espíritos, a resposta é outra. Todos os Espíritos são criados simples e ignorantes; os anjos são Espíritos puros que alcançaram o grau mais elevado depois de percorrer os demais graus. Não formam uma criação privilegiada.

O problema se agrava quando o novo livro admite que Espíritos da escala de Jesus poderiam ser novamente afetados pelos prazeres e ilusões de mundos densos, trazendo de volta "fragmentos de ego". Kardec define os Espíritos puros pela completa superioridade moral e afirma, na questão 118, que eles não retrogradam.

Se uma obra pretende rever essa conclusão, precisa apresentar casos verificáveis de regressão de Espíritos puros e demonstrar de que modo sua identificação foi estabelecida. Sem isso, a afirmação permanece uma hipótese particular.

A segunda morte do perispírito

“Na segunda morte, os seres desencarnados perdem também o perispírito.”

Livro dos Espíritos II, questão 441, p. 180

Kardec descreve o perispírito como o envoltório semimaterial que acompanha o Espírito e é tomado do fluido próprio de cada mundo. Ele se depura e pode tornar-se extremamente etéreo, mas isso não equivale à formulação de uma segunda morte universal.

A questão 93 de O Livro dos Espíritos e os capítulos XI e XIV da primeira edição francesa de A Gênese tratam o perispírito como elemento funcional da relação entre Espírito e matéria. Pode-se investigar transformações profundas desse envoltório; o que não se pode fazer, sem demonstração, é transformar seu abandono em etapa obrigatória e depois apresentá-la como extensão natural do modelo kardeciano.

A mediunidade torna-se serviço cobrável

“Todo trabalho envolve algum tipo de troca […] O ato de cobrar, por si só, não é o ponto central.”

Livro dos Espíritos II, questão 942, p. 342

“Aplicável a qualquer forma de mediunidade, inclusive incorporação […] O ponto central não é a cobrança em si, mas a ética, a intenção e o destino dos valores recebidos.”

Livro dos Espíritos II, questão 943, p. 342

O contraste com O Evangelho segundo o Espiritismo é direto. No capítulo XXVI, itens 7 a 10, Kardec distingue a remuneração de um trabalho humano da venda de uma faculdade que não pertence ao médium e depende da vontade dos Espíritos. Sua conclusão é inequívoca: a mediunidade séria não pode tornar-se profissão.

A diferença não é meramente moralista. Existe um problema metodológico. Quanto maior o interesse material ligado à manifestação, maior a necessidade de

controlar fraude, encenação, autossugestão, seleção conveniente dos resultados e dependência econômica da crença do público. A gratuidade funciona, nesse sentido, também como proteção da investigação contra conflitos de interesse.

Termos kardecianos recebem novos sentidos

"Pneumatógrafos – Escrita sem controle consciente; forma mais profunda do mesmo fenômeno."

Livro dos Espíritos II, questão 949, p. 347

Em O Livro dos Médiuns, item 146, pneumatografia significa escrita direta produzida pelo Espírito sem intermediário. A escrita realizada pela mão do médium é psicografia, seja mecânica, semimecânica ou intuitiva.

A precisão terminológica não é mero apego a palavras. Em ciência, termos servem para separar fenômenos conforme seu modo de produção. Se o mesmo nome passa a designar mecanismos diferentes, observações distintas são agrupadas como se fossem equivalentes e a comparação histórica se torna imprecisa.

A lista de 33 tipos de médiuns apresentada pelo novo volume inclui ainda consteladores e apômetras. Isso pode descrever práticas contemporâneas, mas não autoriza apresentá-las automaticamente como continuação da classificação experimental de Kardec.

Sentir paz não basta para verificar uma comunicação

"Como se sentir seguro? Quando a comunicação não causa sensações ruins, densas ou negativas."

Livro dos Espíritos II, questão 650, p. 246

"Observe o que a mensagem provoca em seu interior."

Livro dos Espíritos II, questão 653, p. 247

Aqui aparece uma divergência que não é apenas doutrinária, mas epistemológica. O critério de verificação é deslocado da análise da mensagem para a sensação produzida em quem a recebe.

Uma comunicação falsa pode consolar. Uma mensagem equivocada pode corresponder exatamente às expectativas de quem a recebe. Um Espírito mistificador pode utilizar linguagem elevada. E uma informação verdadeira pode ser desagradável ou contrariar convicções anteriores.

Por isso, em O Livro dos Médiuns, Kardec insiste na linguagem, na lógica, no conhecimento demonstrado, na coerência, na finalidade, nas características do comunicante e na comparação entre manifestações. O critério subjetivo favorece justamente aquilo que um método de investigação precisa reduzir: a confirmação das próprias expectativas.

Uma hipótese não se transforma em fato porque é mediúnica

"Alguns buscam matéria-prima e recursos naturais; outros realizam pesquisas e testes genéticos [...] Há também os que procuram explorar o planeta."

Livro dos Espíritos II, questão 606, p. 229

"Existem aparelhos decodificadores universais."

Livro dos Espíritos II, questão 661, p. 250

A pluralidade dos mundos habitados pertence à doutrina espírita. Dela não decorrem automaticamente abduções, experimentos genéticos extraterrestres, infiltrados, exploração de recursos terrestres, naves espirituais ou aparelhos decodificadores.

Cada afirmação possui carga probatória própria. Admitir a existência de outros mundos habitados não demonstra que determinada espécie extraterrestre visite a Terra. Reconhecer a ação dos Espíritos sobre a matéria não demonstra automaticamente qualquer tecnologia atribuída ao mundo invisível.

Essas ideias podem ser formuladas como hipóteses. O problema começa quando são apresentadas como fatos conhecidos sem exposição das observações que

permitiriam estabelecê-las.

Na ciência espírita, a origem mediúnica de uma informação não é equivalente à sua confirmação. A própria existência de Espíritos ignorantes, equivocados ou mistificadores torna essa distinção indispensável.

O que seria necessário para modificar uma conclusão da ciência espírita?

Esse talvez seja o ponto central de todo o debate. A ciência avança quando fatos novos obrigam a modificar explicações anteriores. Nenhuma conclusão estabelecida por Kardec deve ser tratada como intocável simplesmente por ter sido publicada no século XIX. Porém, uma revisão exige método e evidência proporcional ao que está sendo revisado:

> *Generalidade e concordância no ensino — esse é o caráter essencial da doutrina espírita, a condição mesmo de sua existência, de onde resulta que todo princípio que não tenha recebido a consagração do controle de generalidade não pode ser considerado como parte integrante dessa mesma doutrina, mas como uma simples opinião isolada, cuja responsabilidade o Espiritismo não pode assumir.*
>
> *Essa coletividade concordante de opinião dos Espíritos, submetida, além disso, ao critério da lógica, constitui a força da doutrina espírita e lhe assegura a perpetuidade. Para que ela fosse alterada, seria preciso que a universalidade dos Espíritos mudasse de opinião e que eles viessem, um dia, dizer o contrário do que disseram anteriormente.*
>
> *Kardec, Allan. A Gênese – Editora Mundo Maior.*

Esse cuidado é especialmente importante em pesquisas mediúnicas porque o instrumento de observação – o médium – é um ser humano dotado de memória, crenças, expectativas, vocabulário e referências culturais. Kardec conhecia esse problema, como também sabia, logo pelas primeiras observações, que as opiniões dos Espíritos não devem ser cegamente aceitas, tanto quanto não devem ser as dos homens – por isso não transformou cada mensagem recebida em princípio doutrinário.

Em participações públicas, em canais do Youtube, Suzi tem afirmado que recebeu essa missão do Espíritos de Kardec, que a teria chamado para ir ao seu túmulo para conversar com ele. Isso é um verdadeiro escárnio com tudo o que Kardec sempre nos demonstrou, em seus escritos sobre as conclusões da ciência Espírita.

O nome de "continuação" não resiste ao confronto

Livro dos Espíritos II reúne elementos de Espiritismo, esoterismo, linguagem terapêutica, ufologia e espiritualismo contemporâneo. O sincretismo pode ter valor para leitores que procuram essa combinação, mas o problema está em apresentá-lo como complemento fiel de Kardec e, sobretudo, como continuidade da ciência espírita.

Parece ser a velha receita daqueles que buscam surfar na fama do Espiritismo: misturar ideias fundamentalmente antagônicas entre si e apresentá-las *como se fossem* Espiritismo. **A própria FEB também fez isso, por mais de um século, e continua fazendo**. Aqui, preciso fazer menção à enorme responsabilidade que ela, Federação Espírita Brasileira, tem sobre tudo isso, pois esse cenário é apenas o resultado da grande força que ela fez para criar um "Espíritismo à moda da casa".

Reencarnação facultativa, metempsicose, dissolução da individualidade, ressurreição física, anjos criados em condição superior, pureza espiritual reversível e cobrança da mediunidade não são detalhes periféricos. Eles alteram a origem, o destino e a responsabilidade do Espírito.

Do mesmo modo, a redefinição de categorias mediúnicas, a validação emocional das mensagens e a apresentação de descrições tecnológicas do mundo espiritual sem exposição de método enfraquecem o próprio mecanismo pelo qual se deveria separar conhecimento de opinião mediúnica.

Conclusão: o problema não é discordar de Kardec; é abandonar o método que

permitiria superá-lo

O confronto realizado neste artigo não transforma Allan Kardec em autoridade infalível nem congela o Espiritismo em 1869. Isso seria contrário à própria natureza da ciência espírita.

Se novos fatos demonstrarem que determinada conclusão estava incompleta ou equivocada, a posição coerente com o método kardeciano será reconhecer os fatos e revisar a teoria. É exatamente por isso que Livro dos Espíritos II encontra seu maior problema.

O volume não se limita a apresentar fenômenos novos ainda desconhecidos no século XIX. Ele modifica princípios fundamentais e introduz numerosas descrições sobre a realidade espiritual, mas não oferece ao leitor o percurso experimental capaz de transformar essas afirmações em conhecimento.

Isso não significa que suas teses sejam falsas simplesmente porque contradizem Kardec. Significa que quem pretende substituir uma conclusão estabelecida precisa demonstrar por que ela deve ser substituída.

O mesmo vale para colônias, veículos, equipamentos espirituais, sistemas de tradução, extraterrestres, estruturas dimensionais ou qualquer outra hipótese. O fato de essas ideias serem atribuídas a Espíritos não lhes concede, por si, estatuto científico.

Uma comunicação mediúnica é um dado. Várias comunicações concordantes podem constituir um indício. Uma hipótese organiza esses dados. Mas uma proposição somente pode aspirar à condição de conhecimento da ciência espírita depois de submetida ao exame dos fatos, à crítica racional, à comparação e aos controles destinados a reduzir erro, influência pessoal e mistificação.

É nesse ponto que a expressão Livro dos Espíritos II se torna problemática. O livro pode ser estudado como produção espiritualista contemporânea. Pode apresentar hipóteses dignas de investigação. Pode conter ensinamentos morais compatíveis com princípios espíritas. O que ele não demonstra é aquilo que seu título e seu prefácio sugerem: que suas proposições constituam uma continuação científica de O Livro dos Espíritos.

A ciência espírita não progride pelo simples acréscimo de novas

revelações. Ela progride quando novos fatos resistem ao exame e obrigam o conhecimento anterior a avançar.

Referências utilizadas

MARIAH, Suzi. Livro dos Espíritos II. Arquivo digital examinado, 416 páginas.

KARDEC, Allan. O Livro dos Espíritos. Edição definitiva publicada em vida do autor.

KARDEC, Allan. O Livro dos Médiuns ou Guia dos Médiuns e dos Evocadores. Paris, 1861.

KARDEC, Allan. O Evangelho segundo o Espiritismo. Paris, 1864.

KARDEC, Allan. Le Ciel et l’Enfer ou la justice divine selon le spiritisme. Paris, 1865. Primeira edição francesa.

KARDEC, Allan. La Genèse, les miracles et les prédictions selon le spiritisme. Paris, 1868. Primeira edição francesa.

Critério de citação. As páginas atribuídas a Livro dos Espíritos II correspondem à paginação impressa no PDF examinado. As citações foram abreviadas apenas com reticências entre colchetes quando necessário, sem alteração do sentido.

Livro dos Espíritos II em confronto com a ciência espírita

A Cura do Perispírito

a chamada “cura do perispírito” não ocorre por recursos meramente externos, mas sim pela mudança moral do próprio Espírito, cuja transformação de pensamentos e sentimentos purifica os fluidos de seu envoltório e restaura sua harmonia espiritual.

A Aplicação Prática dos Princípios do Espiritismo

O Céu e o Inferno aprofunda e aplica na prática os princípios espirituais estabelecidos em O Livro dos Espíritos, examinando a evolução e a condição da alma diante da desencarnação, da justiça divina e das provas terrenas.

Por Trás da Moral: O Fundamento Científico e Natural do Espiritismo

A relação entre as obras do pensamento dos Espíritos Superiores trazido por Kardec revela uma estrutura metódica na Codificação Espírita, em que cada livro desempenha uma função específica, ao mesmo tempo em que se articula com os demais. Compreender a relação entre O Evangelho segundo o Espiritismo e A Gênese permite perceber a ligação entre o ensino moral e a compreensão das leis naturais que regem a existência.

A Lógica dos Atributos Divinos em A Gênese e O Céu e O Inferno

Uma conexão lógica entre A Gênese e O Céu e o Inferno, utilizando os atributos divinos de perfeição, justiça e bondade como critério racional para avaliar

doutrinas religiosas. Kardec argumenta que a ideia de penas eternas é incompatível com essa concepção de um Deus infinitamente perfeito e misericordioso, rejeitando o conceito como uma imperfeição lógica.